

ATA DA 267º REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



- Data: 20 de setembro de 2019.
- 2 Horário: 08h30 às 16h30.
- 3 Local: Auditório Anne Marie SESA
- 4 Conselheiros membros Gestão 2016-2019

	Nome Sestato 2		Condição	Órgãos, Entidades e Instituições.
	Gestores			
1	Katya Rafaella Teixeira Carvalho	Justificativa	Titular	COSEMS
	Luzia Tiemi Oikawa	Ausente	Suplente	COSEMS
2	Nestor Werner Junior	Presente	Titular	SESA
	Maria Goretti David Lopes	Justificativa	Suplente	SESA
3	Joelma Aparecida de Oliveira	Presente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Any Elly Pavan Mezzomo	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
4	Nathalia da Silveira Derengowski	Justificativa	Titular	Ministério da Saúde
	Benedito German Crespo Garcia	Ausente	Suplente	Ministério da Saúde
	Prestadores de Serviços		Condição	Entidade
5	Luiz Fernando Zanon de Almeida	Presente	Titular	ACISPAR
	Daniela Gregório Franca	Justificativa	Suplente	ACISPAR
6	Rangel da Silva	Presente	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Justificativa	Suplente	FEHOSPAR
7	Maria Aparecida Bertoni Cardoso	Presente	Titular	FEMIPA
	Rosita Márcia Wilner	Presente	Suplente	FEMIPA
8	Hermes de Souza Barboza	Presente	Titular	UEM
	Tereza Maria Pauliqui Peluso	Justificativa	Suplente	UEM
9	Rita de Cássia Domansky	Presente	Titular	UEL
	Vivian Biazon El Reda Feijó	Presente	Suplente	UEL
	Profissionais de Saúde		Condição	Entidade
10	Fabio Stahlschmidt	Presente	Titular	CRF
	Paulo Costa Santana	Presente	Suplente	CRF
11	Graciele de Pintor	Justificativa	Titular	SINDIFAR
	Nilson Hideki Nishida	Presente	Suplente	SINDIFAR
12	Jhulie Rissato da Silva	Justificativa	Titular	CRN8
	Juliana Bertolin Gonçalves	Ausente	Suplente	CRN8
13	João Eduardo de Azevedo Vieira	Presente	Titular	CREFITO
	Rodney Wenke	Presente	Suplente	CREFITO
14	Woldir Wosiacki Filho	Ausente	Titular	SINFITO
	Elfi Gusava	Presente	Suplente	SINFITO
15	Marcelo Hagebock Guimarães	Presente	Titular	CREF9
	Leandra Aparecida C. de Rosis	Justificativa	Suplente	CREF9
16	Olga Estefânia Duarte Gomes Pereira	Presente	Titular	SINDSAÚDE
	Ana Cristina de Carvalho Brito	Presente	Suplente	SINDSAÚDE
17	Irene Rodrigues dos Santos	Presente	Titular	FESSMUC





CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

υE	SAUDE-CES/PR			
	Liliane Rute Coutinho	Justificativa	Suplente	FESSMUC
18	Palmira Aparecida Soares Rangel	Presente	Titular	FESMEPAR
	Aparecida Benito Pereira	Justificativa	Suplente	FEMEPAR
	Usuários		Condição	Entidade
19	Luiz Américo Delphim	Justificativa	Titular	SINDIPETRO
	Luciano Zanetti	Justificativa	Suplente	SINDIPETRO
20	Jonas Braz	Presente	Titular	CUT
	Silvana Prestes Araújo	Justificativa	Suplente	CUT
21	Antonio Vieira Martins	Justificativa	Titular	UGT
	Lidmar José Araujo	Ausente	Suplente	UGT
22	Santo Batista de Aquino	Presente	Titular	SINDNAPI
	Manoel Rodrigues do Amaral	Justificativa	Suplente	SINDNAPI
23	Livaldo Bento	Presente	Titular	MOPS
	Antonio Barrichello	Justificativa	Suplente	MOPS
24	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	ANEPS
	Melissa Ferreira da Silva Souza	Justificativa	Suplente	ANEPS
25	Amaury Cesar Alexandrino	Presente	Titular	DEFIPAR
	Ricardo Vilarinho da Costa	Justificativa	Suplente	DEFIPAR
26	João Maria Ferrari Chagas	Justificativa	Titular	IBDa
	Gabriel Ladeira dos Santos	Presente	Suplente	IBDa
27	Custodio Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	FAMOPAR
	Joarez Camargo	Justificativa	Suplente	FAMOPAR
28	Angelo Barreiros	Presente	Titular	CONAM
	Selma Maria Assis Gonçalves	Justificativa	Suplente	CONAM
29	Livia Diniz Lopes Sola	Presente	Titular	FECAMPAR
	Aparecido Rubio de Araujo	Justificativa	Suplente	FECAMPAR
30	Marcia Beghini Zambrim	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Maria Cristina Galacho de Souza	Justificativa	Suplente	Pastoral da Saúde
31	Clarice Siqueira dos Santos	Justificativa	Titular	Pastoral da Criança
	Avila Maria Garrett Savi de Andrade	Ausente	Suplente	Pastoral da Criança
32	Amelia do Nascimento Magrinelli	Presente	Titular	ASSEMPA
	Maria Lucia Gomes	Presente	Suplente	ASSEMPA
33	Celia da Silva Leonardo Garcia	Ausente	Titular	Rede de Mulheres Negras
	Cibelle Santos de Oliveira	Ausente	Suplente	Rede de Mulheres Negras
34	Terezinha Andrade Possebom	Presente	Titular	HUMSOL
	Ellen Aparecida Vasconcellos Cesar	Justificativa	Suplente	HUMSOL
35	Maria Elvira de Araújo	Presente	Titular	ASSEMPA
	Marcos Antonio da Silva	Justificativa	Suplente	IBDa
36	Edvaldo Viana	Presente	Titular	CONAM
	Leandro Soares Machado	Justificativa	Suplente	MOPS



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



1. Expediente Interno

2. Ordem do Dia

- 2.1 Aprovação da Pauta
- 2.2 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática

2.2.1 Mesa Diretora

Encaminhamentos Mesa Diretora:

Justificativas e substituições

Leitura de Expedientes

Informes da Mesa Diretora

- 1º Assunto: Ata da 263ª Reunião Ordinária de 30 e maio de 2019;
- 2º Assunto: Plano Plurianual PPA 2020-2023 Apresentação (30') Discussão (5');
- 3º Assunto: Programação Anual de Saúde PAS 2020 Apresentação (30') Discussão (30');
- 4º Assunto: Lei Orçamentária Anual LOA 2020 Apresentação (30') Discussão (30');
- 5º Assunto: Relatório Quadrimestral de Gestão 2º Quadrimestre 2019 Discussão (30');
- 6º Assunto: Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas FUNEAS Apresentação (30') Discussão (30');
 - 7º Assunto: Setembro Amarelo Apresentação (15') Discussão (15');
 - 8º Assunto: Sarampo e Febre Amarela Apresentação (15') Discussão (15');
 - 9º Assunto: Comissões.
 - 3. Informes
 - 3.1 Informes Gerais.

10

11

12

13 14

15

16

17 18

19

20

21

22

23

24

25

2627

28

29

30

31 32

3334

35

36

9

6

7

8

(F1) Rangel (FEHOSPAR) Bom dia, todos e todas. Conselheiros, vamos tomar seus lugares pra gente já verificar o quorum. Então, hoje no dia vinte de setembro, dando início à ducentésima sexagésima sétima reunião do CES Paraná. Mauricio, por favor, confirmar o quorum. Mauricio (Secretaria Executiva) Conselheiros e conselheiras, bom dia. Por gentileza, mantenham-se com os crachás erguidos. Vinte e três. Quorum adequado. Rangel (FEHOSPAR) Vinte e três, quorum adequado. Então vamos pedir que Deus abençoe no dia de hoje, que faça com que tudo ocorra da mais perfeita ordem. Aprovação da pauta. Primeiro assunto, ata da ducentésima sexagésima terceira reunião ordinária de trinta de maio de dois mil e dezenove. Segundo assunto, Plano Plurianual, PPA dois mil e vinte dois mil e vinte e três. Terceiro assunto, Programação Anual de Saúde, o PAS dois mil e vinte. Quarto assunto, Lei Orcamentária Anual, a LOA dois mil e vinte. Quinto assunto, relatório quadrimestral de gestão segundo quadrimestre dois mil e dezenove. Sexto assunto, relatório quadrimestral de prestação de contas FUNEAS. Sétimo assunto, setembro amarelo. Oitavo assunto, sarampo e febre amarela. Nono assunto, comissões. Olga (SindSaude) Bom dia a todas, bom dia a todos. Mesa, na reunião passada, nós ficamos de discutir a rede Hemepar, lembra? Que aí a representante veio até aqui, nos disse que não tinha sido comunicada em tempo e não tinha as informações pra nos passar e ficou de trazer hoje. Rangel (FEHOSPAR) Sim. Tem uma justificativa, que a pessoa que, Liane né? A doutora Liana, ela estava em viagem, então não daria tempo, chegou acho que ontem de viagem, por isso que daí nós jogamos pro mês que vem. Olga (SindSaude) E a Secretaria não tem as respostas pra perguntas que a gente fez na reunião passada? Rangel (FEHOSPAR) A gente acredita ser melhor o Hemepar vir aqui, trazer a apresentação e responder. Olga (SindSaude) É lamentável. Enfim, nós temos aí a questão do transplante de órgãos que nós gostaríamos de falar. Rangel (FEHOSPAR) Então, décimo assunto, transplante de órgão, pauta SindSaude. Comissões? Acesso. Orçamento. Educação permanente. Mais alguma? Olga (SindSaude) Desculpe, Mesa. Se não vai ter a inserção da discussão da comissão de saúde da mulher, eu gostaria de discutir a questão do comitê de mortalidade materno infantil. Rangel (FEHOSPAR) Você gostaria de discutir na comissão? Ou numa pauta separada? Olga (SindSaude)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Olha, foi discutido na comissão ontem, mas a comissão de saúde da mulher não está pedindo a 37 pauta e nós queremos discutir o comitê. Rangel (FEHOSPAR) Vamos pedir a pauta, então. Olga 38 (SindSaude) Pode ser. Rangel (FEHOSPAR) Da saúde da mulher. Maria Elvira, isso? Maria Elvira 39 (Assempa) Eu estava conversando com os pares aqui, enquanto você pediu. Tudo bem. Mas nós 40 41 íamos pedir, a pauta, ta? Rangel (FEHOSPAR) Está anotado. Então, em processo de votação. Os 42 favoráveis. Por contraste. Contrários. Abstenções. Aprovado a pauta, então. Mauricio (Secretaria Executiva) Conselheiros e conselheiras, bom dia. Informando as justificativas para esta reunião. 43 44 Marcia Beghini Zambrim, Antonio Vieira Martins, João Maria Ferrari Chagas, Clarice Siqueira dos Santos, Graciele de Pintor, Jhulie Rissato da Silva, Luiz Américo Delphim e Luciano Zanetti e Katya 45 Carvalho. Substituições. A ANEPS informa a substituição da representante suplente, a senhora 46 47 Melissa Ferreira da Silva de Souza pela senhora Carmem do Rocio Costa Silva. Foram essas as 48 informações. Fabio (CRF) Documentos recebidos pela Secretaria Executiva do CES Paraná. No dia dezenove do oito de dois mil e dezenove, ofício zero trinta e nove de dois mil e dezenove da OGS, a 49 Ouvidoria Geral de Saúde do Paraná convida um conselheiro do CES/PR para participar da mesa de 50 abertura de quatro encontros macrorregionais de ouvidores de saúde do SUS em setembro e 51 52 outubro de dois mil e dezenove, um em cada região; dias dezenove do nove em Francisco Beltrão e 53 vinte e seis do nove em Campo Mourão; em Campo mourão, conselheiro Fabio do CRF-PR estará participando. Dia dezenove do oito de dois mil e dezenove, ofício três de dois mil e dezenove, o 54 Conselho Municipal de Saúde de Nova Santa Bárbara responde ao ofício circular vinte e dois de dois 55 mil e dezenove da Secretaria Executiva, foi encaminhado ofício de resposta número dois meia dois 56 da Secretaria Executiva do CES/PR. Vinte do oito, manifestação sete sete três três oito de dois mil e 57 58 dezenove ouvidoria, Everton Barbieri solicita ajuda do CES/PR para realizar cobrança dos municípios que fazem parte do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do 59 60 Paraná, CIOEMP, referente ao SAMU Noroeste, encaminhamos ofício da Secretaria Executiva do 61 CES/PR sob o número dois meia três de dois mil e dezenove. Vinte do oito de dois mil e dezenove, 62 ofício duzentos e trinta e quatro de dois mil e dezenove, o Conselho Municipal de Saúde de Santa 63 Lúcia responde ofício circular zero vinte e dois de dois mil e dezenove da Secretaria Executiva do 64 CES/PR, foi encaminhado também pra eles o ofício em resposta dois meia dois de dois mil e dezenove da Secretaria Executiva do CES. Vinte e três do oito de dois mil e dezenove, ofício cento e 65 66 oito de dois mil e dezenove da COEDE Paraná, o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná, COEDE Paraná, solicita esclarecimentos e providências urgentes com a 67 indicação de prazo para o cumprimento da dispensação de bengalas, foi encaminhado ofício da 68 69 Secretaria Executiva do CES/PR sob o número dois meia quatro de dois mil e dezenove. Vinte e três do oito de dois mil e dezenove, ofício AHOPAR número cento e cinquenta e sete de dois mil e 70 dezenove, convite da Associação dos Hospitais do Estado do Paraná, AHOPAR, ao nono encontro 71 paranaense da saúde e posse da diretoria da AHOPAR e Sindipar, dias vinte e cinco a vinte e sete 72 73 de setembro de dois mil e dezenove em Curitiba, o presidente do CES/PR participará da solenidade 74 de abertura. Vinte e três do oito de dois mil e dezenove, e-mail da décima terceira regional de saúde, 75 Conselho Municipal de Saúde de Tuneiras do Oeste encaminha dúvidas a respeito de paridades no Conselho Municipal de Saúde, foi encaminhado para a comissão de comunicação e educação 76 77 permanente para o controle social. Vinte e três do oito de dois mil e dezenove, ofício zero quatro de 78 dois mil e dezenove, resposta do Centro de Pesquisa e Atendimento a Travestis e Transexuais, 79 CEPATT, referente ao ofício número dois quatro dois de dois mil e dezenove da Secretaria Executiva 80 do CES/PR, foi encaminhado para a comissão de vigilância em saúde e IST/AIDS. Quatro do nove 81 de dois mil e dezenove, ofício dois mil cento e vinte e oito de dois mil e dezenove do PROSAU, 82 Ministério Público do Paraná comunica o arquivamento do processo administrativo zero zero quatro meia dezenove zero sete um quatro zero cinco oito, seguiu pra Secretaria Executiva pra 83 arquivamento. Quatro do nove de dois mil e dezenove, ofício circular duzentos e doze de dois mil e 84 dezenove da SECNS/MS, o Conselho Nacional de Saúde encaminha recomendação zero trinta e 85



88

89 90

91 92

93

94

95 96

97

98

99 100

101

102

103 104

105

106107

108109

110

111112

113

114

115

116

117118

119

120

121122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



seis de dois mil e dezenove do Programa Future-se, encaminhado e-mail para todos os conselheiros. Quatro do nove de dois mil e dezenove, ofício DIR zero dois oito nove de dois mil e dezenove, o Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná, CRF, convida o presidente do CES/PR para participar da solenidade de abertura do terceiro encontro estadual das fiscalizações, ENEFIS, dia doze de novembro de dois mil e dezenove das oito às oito e trinta às nove e trinta em Curitiba, o presidente do CES/PR participará da solenidade de abertura. Quatro do nove de dois mil e dezenove, e-mail da vigilância sanitária ambiental e de saúde do trabalhador da primeira regional de saúde de Paranaguá, Seção de Vigilância Sanitária Ambiental e Saúde do Trabalhador informa que repassou à vigilância sanitária municipal de Paranaquá o ofício número duzentos e vinte e sete de dois mil e dezenove da Secretaria Executiva do CES/PR devido o município de Paranaguá encontrar-se no elenco três do VigiaSUS, foi encaminhado para a comissão de assistência e acesso ao SUS e saúde mental. Quatro do nove de dois mil e dezenove, e-mail da conselheira Rita Domansky, conselheira Rita Domansky solicita convocar a comissão de ética para o dia dezessete do nove à tarde, véspera da oficina de planejamento, reunião realizada no dia dezessete do nove de dois mil e dezenove. Quatro do nove de dois mil e dezenove, ofício número cento e setenta e oito de dois mil e dezenove da DGS, a Diretoria de Gestão em Saúde da SESA responde a ofício duzentos e quarenta e quatro de dois mil e dezenove da Secretaria Executiva, o qual seguiu para arquivo na Secretaria Executiva. Recebemos também dia quatro do nove, exemplar da revista RADIS. Dia quatro do nove de dois mil e dezenove, e-mail do Conselho Municipal de Saúde de Borrazópolis, resposta ao ofício circular vinte e dois de dois mil e dezenove da Secretaria Executiva do CES/PR informando que não se enquadra nas irregularidades apontadas pelo procedimento administrativo zero quatro meia dezenove zero um meia oito zero nove nove três do Ministério Público do Paraná, foi encaminhado pela Secretaria Executiva o ofício em resposta sob o número dois meia dois dois mil e dezenove. Cinco do nove de dois mil e dezenove, ofício cento e dois de dois mil e dezenove, a Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Caiuá encaminha resposta referente ao ofício circular zero vinte e dois de dois mil e dezenove da Secretaria Executiva do CES/PR, foi encaminhado ofício dois meia dois dois mil e dezenove da Secretaria Executiva do CES/PR. Seis do nove de dois mil e dezenove, protocolo quinze nove oito quatro dois zero zero, resposta da Secretaria de Estado da Fazenda sobre apresentação na comissão de orçamento do CES/PR da desvinculação de receitas de Estados e Municípios, DREM, fonte duzentos e cinquenta, foi encaminhado para comissão de orcamento. Recebemos também exemplar do iornal do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba. Recebemos também convite do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba para o presidente Rangel da Silva, convidando-o para compor a mesa de abertura da décima quarta Conferência Municipal de Saúde de Curitiba, será no dia cinco de outubro de dois mil e dezenove às nove horas no Colégio Marista Santa Maria, rua Joaquim de Matos Barros noventa e oito, no São Lourenço. Ofício zero três oito oito de dois mil e dezenove do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná que convida o senhor presidente para participar do lancamento da campanha receita correta é segurança para o paciente, será no dia três de outubro às nove horas na sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná, na rua Presidente Rodrigo Otávio mil duzentos e noventa e seis no Hugo Lange. Recebemos também exemplar do jornal informativo oficial do deputado estadual Michele Caputo. Temos e-mail também da Divisão de Atenção à Neoplasias, com prazer que convidamos cinco representantes deste renomado Conselho para participar da capacitação de prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer de mama a ser realizado no dia vinte e três de setembro das treze e trinta às dezessete e trinta no auditório Poty Lazarotto do Museu Oscar Niemeyer na rua Marechal Hermes novecentos e noventa e nove no Centro Cívico, daí temos em anexo a ficha de inscrição; temos que elencar os cinco conselheiros. Horário da van. A van sairá às doze horas da SESA para o hotel Estação Expresse às treze e quinze do hotel Estação Express para a SESA; sairá também da SESA para as dezesseis e trinta para o aeroporto. Recebemos também material agora da Ouvidoria Geral do Estado de Saúde da SESA Paraná.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Rangel (FEHOSPAR) Em relação à capacitação de prevenção de diagnóstico e tratamento de 135 136 câncer de mama, nós temos que, foi convidado cinco representantes do Conselho e eu vou abrir então pra quem tiver interesse em participar. Esse evento vai ser no dia vinte e três de setembro, 137 das treze e trinta às dezessete e trinta na próxima segunda-feira. Em Curitiba. Cinco conselheiros, 138 139 por favor. Maria Elvira (Assempa) Eu vou só dar uma, fazer um comunicado. Ontem nós 140 preenchemos, eu, a Terezinha, a Malu, pela comissão. Agora não sei se. E eu vou estar aí. Rangel 141 (FEHOSPAR) Você vai estar aqui? Era isso que eu ia perguntar. Que ótimo. Mauricio, você sabe me 142 dizer se esse convite da comissão é cinco mais o da comissão ou cinco geral? Então, três já veio da 143 comissão. Então, vamos lá. Terezinha Possebom, Maria Elvira e a Malu. Tem mais duas vagas. 144 Olga? Vai estar presente no evento? Não? Ana? A Ana Cristina é bem participativa. Será que ela? 145 Ela preencheu? Ela não pode? Porque ela é bem participativa. Pessoal, mais alguém? Curitiba. A Elfi. Obrigado, Elfi. Falta um. É, tem que ser Palmira. Até pode ser de fora, mas a questão é o 146 problema de custos. Então vamos deixar quatro e vamos deixar em aberto, se aparecer mais alquém 147 aí durante o dia, à tarde, daí nós nomeamos, ta bom? Muito obrigado. Então dando sequência à 148 149 pauta, primeiro assunto, ata da ducentésima sexagésima terceira reunião ordinária de trinta de maio 150 de dois mil e dezenove. Alguma observação? Não? Processo de votação. Os favoráveis. Por contraste. Contrários. Abstenções. Aprovado por unanimidade. Conselheiras e conselheiros, o 151 segundo, o terceiro e o quarto assunto é uma seguência de trabalho. Qual que é a proposta da 152 153 gestão do Nestor, nosso diretor geral. Nosso, da SESA. Apresentar, fazer as três pautas e depois 154 abrir pra discussão, tudo bem? Então todos? Aprovado? Isso, acho que é melhor, daí depois faz um trabalho só de discussão. Então ta ok. Nestor, ta com a palavra, vamos fazer as três apresentações. 155 156 (F2) sem áudio (F3) Nestor (SESA) Bom dia conselheiros. Bom dia conselheiras. Sou diretor geral 157 da Secretaria de Estado da Saúde. Prazer estar aqui com vocês hoje de manhã, manhã de 158 transição, quase primavera, falta um dia pra primavera, saindo do inverno. Conforme o presidente 159 colocou, eu solicitei que a gente fizesse então as apresentações, que a Secretaria pudesse fazer as 160 apresentações das três pautas em sequência porque elas são na realidade sequências dos 161 instrumentos de planejamento e precisam ser colocadas. Então tem uma lógica de apresentação, a 162 gente ta com o pessoal da Secretaria da Fazenda aqui também. Muito obrigado e foi solicitado pra 163 estar junto pra tirar qualquer dúvida que os conselheiros tivessem. E, eu faco a primeira parte 164 apresentação, apresentação do Plano Plurianual; a gente vai fazer a apresentação também da LOA, 165 da Lei Orçamentária anual e também da Programação Anual de Saúde. Então, são três assuntos que se referem a planejamento. Nestor faz apresentação. (F4) sem áudio (F5) Sandra 166 167 (GOFS/SESA) Bom dia a todos. Eu respondo pelo Grupo Orçamentário dessa Secretaria e hoje eu 168 estou aqui pra apresentar pra vocês a proposta da lei orçamentária dois mil e vinte. Esse trabalho foi elaborado pelo GOFS em parceria com a Diretoria Geral, o FUNSAUDE e demais equipes técnicas 169 170 dessa Secretaria. Sandra faz apresentação. (F6) sem áudio (F7) Rangel (FEHOSPAR) Vamos fazer 171 o seguinte então, vai ter a seguência, mas vamos parar então conforme regimento, intervalinho de 172 dez minutinhos. Tudo bem? Carla (Secretaria Executiva) Por gentileza, ergam seus crachás. 173 Contagem de quorum. Vinte e oito. Rangel (FEHOSPAR) Vinte e oito, quorum adequado. Dando 174 sequência. Maria Leonor (NGE/SESA) Respondo atualmente pelo Núcleo de Gestão Estratégica da 175 Secretaria, ligado à Direção Geral. Bem, quem esteve aqui na apresentação do Nestor, eu tentei 176 aqui o abrir o arquivo agora e não consegui localizar, mas teve uma apresentação que o Nestor fez 177 aqui sobre o cronograma do Plano Estadual de Saúde. E, o qual, inclusive, cronograma, vocês 178 receberam antecipadamente. Nesse cronograma, tinha uma nota no final que esse cronograma 179 servirá também a construção da Programação Anual de Saúde dois mil e vinte. Então assim, dentro 180 dos instrumentos de gestão do SUS a gente tem uma lógica que a primeira é você ter o Plano 181 Estadual de Saúde, a Programação, a partir da Programação os relatórios quadrimestrais e o 182 relatório anual. Nós estamos construindo atualmente o Plano Estadual de Saúde dentro do processo de planejamento regional integrado, o qual o Conselho está participando a partir das últimas oficinas 183



186

187 188

189

190 191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230231

232

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



macrorregionais ampliadas e também será convidada a participar das próximas oficinas que ocorrerão em outubro e dentro desse processo do planejamento regional integrado, a gente tem a construção dos planos regionais e macrorregionais. Estamos finalizando a parte dos diagnósticos, os diagnósticos regionais já foram realizados e estamos finalizando a parte dos diagnósticos macrorregionais. Nas oficinas de outubro finalizaremos a parte das prioridades sanitárias das regiões de saúde e das macrorregiões, iniciando a partir daí a discussão das diretrizes, objetivos, metas e indicadores para as macrorregiões e para o Estado. É essa parte do processo do planejamento regional integrado, das diretrizes, objetivos, metas e indicadores que dará base para a construção da Programação Anual de Saúde dois mil e vinte. E, esse processo se dará entre meados de outubro a meados de novembro. Então é dessa forma que está ocorrendo e dentro da apresentação do cronograma já constava que a Programação Anual de Saúde dois mil e vinte estaria dentro do processo do cronograma da construção do Plano Estadual de Saúde, que hoje tem essa interface específica com o processo do planejamento regional integrado, que é composto da construção dos planos macrorregionais de saúde aqui no Paraná, especificamente, de quatro planos macrorregionais. Ok. Quer complementar, Nestor? Nestor (SESA) Só rapidamente, colocar que esse processo de construção esse ano é aquele processo de quatro em quatro anos que é longo e que tem vários instrumentos ao mesmo tempo e que a gente precisa fazer um encontro deles em um determinado momento da linha do tempo e da discussão, não dá para ser, não dá pra se fazer discussão isolada, porém ele tem momentos diferenciados, conforme já conversado aqui, pactuado em cronograma, pra que a gente consiga ter todos os instrumentos no momento certo. E, como alguns conversam com instrumento supra, segmento saúde, dentro do governo como um todo, então esses prazos às vezes a gente tem que abreviar num lado, alongar no outro pra que discussão não seja prejudicada, que a gente possa ter todos elementos importantes constantes da discussão. Então aqui só reiterar que isto está atrelado muito mais ao Plano Estadual de Saúde, que ta naquele cronograma que a gente apresentou na reunião passada. Então a gente termina por aqui as apresentações, desses três pontos de pauta, antes da hora e meia prevista. E, nos colocamos aí à disposição pra poder fazer os esclarecimentos. Rangel (FEHOSPAR) Obrigado, Nestor. Então vou abrir bloco de quatro. Vamos lá, então? Edvaldo (CONAM) Bom dia a todos. Nestor, eu só queria um esclarecimento. Nós, em Londrina, estamos pra ter lá uma nova base do SAMU, aí no meia um meia quatro, aí ta aqui doze milhões setecentos e cinquenta mil e tal, tal, tal. Pra mim entender, eu queria saber assim, essa projeção de vocês ela inclui o quê? Porque não ta detalhado. Por exemplo, se é pra comprar ambulância, se é pra compra um, o que é? E daí eu queria saber assim, nessa unidade do SAMU, por exemplo, de Londrina; se tem contrapartida de alguém? Se isso aí é do Estado? Se é do município? E como que ficaria essa situação? Aí depois eu tenho uma aqui do meia quatro três quatro, que é o vigilância em saúde, também né. Esse total de dinheiro o que seria destinado? Porque tem várias vertentes na vigilância em saúde. Então, se você teria como explicar também como que seria a aplicação desses recursos aí. (F8) sem áudio (F9) sem áudio (F10) Olga (SindSaude) Várias questões. A gente pode enviar por escrito, inclusive. A gente tem. Pode mandar. Então assim, pra ajudar na discussão que vocês tem dentro do Governo Ratinho, sobre a questão de achar orçamento, pra poder suprir as necessidades de saúde da população, a gente sugere que o Governo não faça mais renúncia fiscal na ordem de onze bilhões como tem feito e tendo aí na ordem de setenta por cento dessa renúncia fiscal dirigido ao setor agropecuário e o restante na indústria e comércio. A questão da propaganda, também, que se gasta em torno de onze milhões. Cem milhões, desculpe. Já seriam, assim, uns bons achados do orçamento porque o Estado tem uma produção importante e essa produção tem que ser revertida porque obviamente a produção não se dá só pelo proprietário dos meios de produção, ela se dá também com infraestrutura do Estado. Então, já se usa recurso público pra dar essa estrutura pra produção e ainda se renuncia fiscalmente onze bilhões de reais. Onze bi. Onze bi, é o que a gente encontra no portal da transparência, na LDO inclusive. Bom, a outra questão é assim, o SindSaude ta participando do Conselho Estadual de



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Saúde desde a sua criação, do Conselho, quer dizer, a gente é mais antigo que o Conselho, mas, 233 234 desde noventa e um. E, desde noventa e um a gente aponta irregularidades na aplicação do 235 percentual destinado para a saúde. Então, nós gostaríamos de saber por que não se insere essa discussão do desembarque das ações que tem quebra de universalidade na comissão de orçamento 236 237 pra que a gente possa fazer essa discussão também sobre como se dará esse desembarque, 238 daquelas ações que quebram universalidade. Então, e ali também se apresentou que houve uma 239 diminuição de investimento dessas ações, das ações que tem quebra de universalidade; quem está 240 realocando recurso, porque se a gente não é contra à extinção dessas ações, por óbvio, porque elas 241 são importantes e atingem setores da sociedade, quem é que está realocando? Que se tira dinheiro, 242 daí não põe outro dinheiro, a outra Secretaria que é de direito não está colocando o financiamento lá. 243 Eu vou pedir, Mesa, que me inscreva novamente porque daí tem outras questões, porque eu já fui 244 carteirada aqui. Obrigada. Cid (SindSaude) Eu vou falar do PPA e talvez depois se inscrever pra 245 questão da LOA. Bom, na questão do PPA, é uma pergunta; esse documento que vai pra proposta 246 do PPA para a Assembleia Legislativa? Isso daqui, que são quatro folhas? É esse que vai? É isso 247 que nós recebemos. Foi isso que nós recebemos. Bom, primeiro que me parece. Normalmente no 248 PPA vem a desagregação por ano, das metas e tudo mais. Aqui me parece ser um resumo. Pois é. 249 Então, acho que aqui deveria vir o documento completo pra gente analisar o PPA, não o resumo. 250 Acho que esse aspecto. O segundo aspecto, aliás se vocês tiverem aí, inclusive ele completo, a 251 gente gostaria de olhar. Outro aspecto, é que no PPA se fala muito que esse PPA vai fazer frente 252 aos desafios, as demandas para atender a qualidade de saúde, os avanços que vão acontecer. Isso 253 que eu destaco. Então, sempre comentando a questão dos avanços, só que quando nós vamos 254 olhar; porque avanços pressupõe o que? Que você vai ter um incremento de gastos, nesses 255 avanços, nesses serviços e tudo. Daí quando vai lá nos recursos orçamentários previstos, a base é o 256 orçamento dois mil e vinte com a as suas revisões periódicas para os anos seguintes até dois mil e 257 vinte e três. E o que ta ocorrendo? Daí nós temos aí a própria LDO, meninas eu achei o artigo lá, é o 258 artigo vinte e quatro, ele ta limitando a despesa primária ao IPCA como você comentou lá, apesar 259 que esse teto do gasto ele é o teto do gasto criado regionalmente pela SEFA, não ta nada vinculado 260 isso à negociação da dívida. Então, ultrapassar o teto não implicará e a gente tem que pagar os dois bilhões lá, aqui lá era pública STN, aqui foi a SEFA pegou aquele acordo e resolveu por iniciativa 261 262 própria estender por mais um ano o teto, estender para dois mil e vinte o teto da despesa primária, 263 vinculando ao IPCA. Aqui eu acredito que tem outro aspecto; a saúde não pode estar vinculada a 264 esse teto porque tem a emenda constitucional do mínimo da saúde, então a saúde. Isto. Pois é. 265 Perfeito. Então, a saúde e a educação elas não podem estar limitada a esse teto do artigo vinte e 266 quatro da LDO do Estado. Então esse aspecto. Bom, daí a gente começa com outros problemas, a subestimação frequente da receita que a SEFA traz, contigenciamento do orçamento da SESA como 267 268 foi, era dez por cento, este ano foi vinte por cento, um exagero, um erro enorme da estimativa da 269 receita e prejudica a execução orçamentária da SESA e vai prejudicar, se continuar essa prática, vai 270 prejudicar a execução do PPA. Então a gente tem aí uma série de, aqui no PPA, vários objetivos de 271 ampliação, de melhorias e tal, mas que não vai ser executado se continuar essa prática orçamentária 272 do Estado com essa subestimação de receita e contigenciamento orçamentário da SESA. Obrigado. 273 Rangel (FEHOSPAR) Eu vou abrir de novo pra Olga porque daí fecha os quatro. Ah, o Hermes? 274 Perdão, Hermes. Hermes (HU-UEM) Aproveitando a equipe da SEFA, duas sugestões. Eu gostaria de saber como é que ta sendo tratado a DREM do orçamento do ano que vem. É uma situação que 275 276 eu acho que a decisão tem que ser uma decisão técnica e correta, porque o que o Estado vem 277 fazendo dos oito meses atrás era uma reaplicação. Se a União disse que aplicou esse recurso em 278 saúde e ta utilizando os índices dele aplicação, se nós fizermos a mesma coisa aqui, nós estamos 279 duplicando. Nós cobramos a presença da Secretaria da Fazenda, solicitamos durante seis meses 280 pra discutir isso e ela não compareceu na comissão de orçamento. E, mandamos documento e eu 281 não sei como isso ta previsto para o ano que vem, essa questão da DREM no orçamento; se



284

285286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328329

330

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



continua a retenção sobre os recursos da saúde ou não. Uma outra situação, que aí a nível de sugestão até pra, é o sistema, o Novo SIAF, que eu não sei se continua ano que vem. Ele permite a utilização de outra alternativa em substituição à MCO, eu digo isso que a forma como vai ser transmitido, transferido os recursos para os hospitais universitários, se for através de MCO, as notas tem que ser operacionalizadas aqui, no Fundo Estadual de Saúde. No caso específico de Maringá, em dois mil e dezoito foi quatro mil seiscentos e sessenta e quatro notas, eu não sei Londrina; isso geraria uma demanda de trabalho e mais papéis para essa documentação aqui. Se você utilizar o sistema de descentralização, vai se totalizar esse valor nas mesmas ações que vocês estão dividindo e no processamento dessas liquidações poderá ser feito nesses hospitais e eu não sei se vocês teriam pessoal no Fundo pra operacionalizar esse trabalho aqui. Acho que nós poderíamos discutir isso depois. Nestor (SESA) Bom, Viana, eu vou começando a responder o seu questionamento. SAMU de Londrina. A iniciativa meia um meia quatro, você quer colocar ali pra ele ver? Então, a iniciativa meia um meia quatro ela é SIATE. Ela faz parte do orçamento da Secretaria mas ela não é SAMU, ta? O SIATE, é aquele serviço de resgate que os bombeiros oferecem, que ta na mesma lógica de atendimento pra Secretaria (F11) o SAMU lá pra todos os SAMUs do Estado numa lógica de financiamento em relação às políticas de suporte avançado, dobrando o valor que o Ministério coloca, nós colocamos a mais, não mais precisando dar suporte básico e também colocamos na central de regulação o valor a maior também. Porém, a gestão lá não é feito pela Secretaria de Estado da Saúde, a gestão é feita lá em Londrina pelo município de Londrina. A gente não tem governabilidade das decisões. Essa questão da unidade nova, onde que vai ser locado, vai ser uma base nova do SAMU de Londrina, a gente não tem governabilidade, a gente joga junto. Financia, tem coparticipação, mas a gestão dos SAMUs não é feito pela Secretaria de Estado da Saúde. Em algumas situações a gestão é do município, em algumas situações a gestão são dos consórcios intermunicipais constituídos para fazer a gestão do SAMU. Certo, Viana? Projeto meia quatro três quatro, vigilância em saúde, isso, Sandra? Aqui ta toda a nossa política de vigilância. Como eu falei a gente tem aí expectativa da revisão do projeto em vigência, a gente discutiu bastante, contribuiu muito principalmente em relação aos municípios que é o VigiaSUS. A gente ta com base nas discussões que ta sendo feita agora, fazendo a reprogramação e projetando pra frente. Então, aqui tem investimento, tem ação de toda e qualquer natureza, tem repasse aos municípios, tem as ações vamos dizer própria da Secretaria da Saúde; capacitação, realização de reuniões, compra de equipamento, compra de veículo, compra de material de consumo, todas as ações de Secretaria de Saúde em relação a vigilância e todas as ações em relação aos municípios. Se a gente fosse detalhar, que nem eu falei, ação da ação da ação, a gente ia colocar aqui muitas páginas. Aqui fica o resumo do total do recurso qualificado e colocado pra vigilância em saúde. Então são todas essas questões relativas à vigilância. Sandra (GOFS/SESA) Eu só to informando que o detalhamento foi encaminhado para o Conselho, o material que é composto por setenta e cinco páginas e ali a gente apresenta uma síntese dos grandes números, ok? Nestor (SESA) É que na apresentação, a apresentação fica muito extensa se a gente for passar ação por ação, são setenta e cinco páginas, ação por ação, por isso que a gente colocou antes é bastante, são bastante ações. Olga, envia por escrito pra nós. Bacana. Renúncia fiscal. Eu acho que as meninas da Fazenda estão aqui já pra entender esse processo em relação ao que foi feito. Se é possível renúncia fiscal, eu realmente, se eu for falar que eu sei, não sei, eu vou estar não falando com a verdade. Então, a gente pode encaminhar essa sugestão pra Fazenda analisar em relação a essas renúncias, esses volumes aí vultuosos, mas realmente daí não é uma política da Secretaria de Saúde. A Secretaria de Saúde não tem essa gerência. Você quer falar um pouquinho? Ana Paula (SEFA) Não é a cargo do nosso setor o cálculo da renúncias e nem como são feitas, eu peço que encaminhe e a gente encaminha para o setor responsável lá da SEFA, ta bom? Nestor (SESA) Eu acho que isso está mais relacionado ao tesouro e não ao orçamento, então, outras políticas da Secretaria. Mas eu acho que é importante ter a setorialidade, dividir o que faz, mesmo esse



333

334335

336337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348349

350

351

352

353

354

355

356357

358359

360

361

362363

364

365

366

367368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



encaminhamento da questão. Em relação ao desembarque das ações, a gente ta propondo isso, Olga, e eu acho que a gente pode trazer mais claramente, até nas comissões a partir do momento que isso efetivar, uma coisa mais concreta, senão que nem eu falei, fica só na promessa e eu não quero a gente fazer promessa aqui que não tenha como cumprir depois. Eu quero muito trazer o TAC, isso que quero trazer, colocar aqui pro Conselho na hora que for assinado, o governador ta cuidando disso pessoalmente e a Casa Civil, porque eles estão muito, primordial mesmo, entendendo o tamanho da questão. E, que realoca o orçamento que foi, vamos dizer assim, perdido, uma discussão dura mas que foi cada Secretaria, cada Secretaria vai ter que entrar pra dentro; Secretaria da Fazenda por parte do orçamento, a Marcia do Valle está fazendo essas discussões seriadas com as Secretarias afins, mas nós não entramos no detalhamento de como internamente em cada Secretaria eles vão realocar, mas vai ser realocado. A princípio, esses programas ficou com a gerência deles e a gente não tem como dizer aonde que eles vão cortar, o que vão cortar, vão diminuir ou aumentar. Raquel (Secretaria da Fazenda) Isto porque também ainda ta em projeto a lei orçamentária e todos os números estão sendo revistos por cada Secretaria. Então por isso a gente não tem como dizer o que vai acontecer. Nestor (SESA) As atas das reuniões, se não me engano nós fizemos duas reuniões da comissão, o que a gente fez depois foram, comissão não, acho que era grupo de trabalho que a gente instituiu. GT, e fora do grupo, aí a gente fez reuniões paralelas individuais com cada uma, mas as duas atas que a gente tem a gente encaminha, sem problema nenhum, não tem problema. Podia pedir também, ta? Cid,em relação ao incremento do, o avanço, avanços numa política pública pressupõe sempre incremento de gastos. Eu concordo, em partes, porque tem também a outra parte, melhor eficiência do gasto público e a gente ta fazendo muita diligência nesse sentido. Só um exemplo, de vários que a gente fez esse ano e que às vezes acabam não acontecendo ou não aparecendo por conta do volume de coisas do dia a dia. Nós estamos virando a chave de uma troca de sistema, sistema de regulação, dia primeiro, até vou fazer aqui uma menção, nós estamos colocando em funcionamento nosso sistema de regulação desenvolvido pela nossa Companhia de Tecnologia, a Celepar, dia primeiro de outubro então ele entra em funcionamento em todas as regiões do Estado, um trabalho grande que ta sendo feito durante esse ano e que pode ser que cause algum desconforto, nós estamos fazendo um plano de contingenciamento, tomando todas as providências necessárias, mas na mudança de um sistema, obviamente, sistema informatizado, pode haver dificuldade por conta de migração de dados, por contra de estresse de tamanho de uso do sistema, são dez mil usuários, três mil pontos de solicitação e execução. Então, é uma situação bem complexa, vamos dizer assim, estamos numa operação de guerra pra transferência. Então no mês de outubro, nos primeiros dias, pode ser que ocorram reclamações em função da demora, buraco de agenda, mas isso tudo ta dentro da previsibilidade que nós estamos tratando em relação a mudança do sistema de regulação. Só o fato de a gente parar de pagar manutenção do sistema antigo e trazer pra dentro, o governo, isso vai impactar em um milhão de reais por mês, a economia que a gente vai fazer em relação a isso. No final do prazo do governo nós teremos aí um impacto estimado, claro, isso aí a gente ta estimando isso que seja em torno de, com o fim do contrato com a empresa que faz a manutenção desse sistema e com o dinheiro que nós não alocamos para a implantação, a capacitação e a, não é manutenção que a gente fala, o pessoal que ia ficar de suporte pra poder fazer a implantação do sistema a gente fez três orçamentos externos e esses valores variaram entre cinco e sete milhões de reais. Eles estão fazendo tudo por dentro da Secretaria, apoio da Escola de Saúde, Celepar, nosso time da Secretaria em todo ele, a gente espera aí uma economia de mais ou menos uns cinquenta milhões de reais. Então a gente também, além de entender o que, como eu falei antes, a gente tava falando de entender a um aumento do gasto, a gente ta trabalhando também na diminuição de despesa não simplesmente cortando, mas realocando, tendo um ideia de eficiência administrativa mesmo, aonde a gente pode melhorar o processo, aonde pode otimizar, aonde a gente pode colocar tecnologia, aonde a gente pode colocar uma melhoria no processo de trabalho, a Secretaria vai



381

382

383 384

385

386

387

388 389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426 427

428

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA





avançando. Eu tenho que confessar que não é uma coisa muito fácil, é uma coisa que às vezes demora um tempo pra você gestar um processo, gestar um programa, gestar um movimento tão grande que nem esse e que às vezes acaba não aparecendo no dia a dia. A gente ta preocupado também com isso, então além do incremento, por um lado, a gente também ta preocupado com a eficiência do gasto no outro. Em relação à vinculação do teto do gasto primário, eu concordo, ele não vincula na execução dos doze por cento, mas a distribuição entre investimento e custeio, ela fica um pouco balançada porque isso tem que contar no investimento do governo como um todo, no custeio do governo como um todo. Eu até posso acelerar na Secretaria de Saúde, mas daí eu posso matar em outra políticas públicas, eu podia botar. É. Mas eu acho que conta no total, porque não desfaz o gasto separado, porque a gente podia colocar cem por cento de custeio e não ter nenhum investimento se eu fosse escutar o clamor de todo mundo, todo mundo que precisa de dinheiro quer dinheiro pra custeio, o investimento seria um pouco deixado de lado, mas a gente tem que fazer esse equilíbrio e assim, isso é resultado de muita negociação, não é talvez aquele orçamento de investimento de custeio que a gente esperasse. Vou contar um segredo pra vocês, na construção do orçamento a gente pediu que as áreas técnicas colocassem aquilo que seria necessário pra manutenção da Secretaria de Saúde, nós precisaríamos mais de um bilhão e setecentos milhões de reais acima do teto que a Secretaria da Fazenda deu. Então, o mundo ideal é diferente do mundo real em função do dinheiro ser finito, então a gente precisa fazer ajustes, precisa tomar decisões, precisa alocar o dinheiro tal qual nós consideramos diante de toda discussão ele possa ser melhor alocado, quiçá a gente tivesse todo esse dinheiro pra poder, orçamentariamente falando, em dois mil e vinte pra poder executar todas as ações, a gente teria com certeza o atendimento de toda as sugestões de toda sociedade, não só do Pleno do Conselho, mas toda sociedade vir participando da discussão da construção do PPA e do orçamento e do planejamento e do Plano Estadual de Saúde. Em relação ao contingenciamento, passo a bola pra SEFA também, eu concordo contigo, não deviam contingenciar nada da gente, mas são questões macroeconômicas e tem um cunho mais na Secretaria de Fazenda, não cabe à Secretaria de Saúde, eu por mim não contingenciava nada desde o primeiro dia, abria o orçamento dia dois de janeiro com ele todo liberado, mas isso não faz parte da Secretaria de Saúde, a gente, até se quiser falar, Raquel e Ana, se quiserem falar um pouquinho do contingenciamento, o porquê ocorreu nessa proporção. Raquel (SEFA) Com relação ao contingenciamento que ocorreu, foi na realidade um decreto elaborado pelo Governador e nós da SEFA também fomos pegos de surpresa, tanto que a gente abriu com todo ele liberado. Nós só cumprimos a determinação do Governador. Pra dois mil e vinte, nós não temos essa expectativa de contingenciamento, pelo menos nas áreas onde tem recursos vinculados. Essa é a informação que nós temos a princípio. A princípio. Nestor (SESA) Vou adiantar. Claro, o Governador deter tido os motivos dele, entender a casa, organizar o orçamento, enfim, isso também tem a prerrogativa dele entender o todo. A gente está numa das caixinhas, ele vê de tudo por cima e consegue entender o porquê dessa motivação. Hermes, vamos falar lá, DREM. Secretaria de Estado da Saúde também é contra, o posicionamento a SEFA já sabe, numa divergência institucional muito clara mas respeitando também o entendimento que não somos nós que fazemos a entrada da receita. Se a receita entrasse direto no Fundo Estadual de Saúde, nós não faríamos a desvinculação. O entendimento da Secretaria de Estado da Saúde, a emenda constitucional noventa e três, artigo setenta e seis "A", parágrafo único, inciso primeiro, é vedada a desvinculação das ações e serviços públicos em saúde. A gente entende que é serviço de saúde, ação em serviço público de saúde, não deve desvincular, porém há um entendimento divergente lá mas que a gente ta todo tempo, né? A gente ta no mesmo barco. Mas daí se a Ana ou a Raquel quiserem falar da DREM. A gente tem negociado, esse ano ta retornando na fonte cem a DREM, mas a gente tem um pré acordo, não sei porque também não sei se isso vai caber na questão orçamentária aqui, mas um pré acordo assim de entendimento de não ocorrer a desvinculação no ano que vem. Ana Paula (SEFA) O nosso setor também não é responsável pela DREM. Ela é a coordenação do Tesouro. Então, o seguinte, quem



431

432 433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454 455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



tem essas dúvidas com relação a DREM, como é feito, por favor e-mail também que a gente pode passar, ou por protocolo, por ofício ou como vocês preferirem, pra gente passar pra Coordenação do Tesouro pra eles justificarem. Infelizmente não é o nosso setor. O que a gente pode responder é que a parte da fonte cem da saúde não sofre a DREM aí a duzentos e cinquenta talvez esteja sofrendo. Nestor (SESA) É um entendimento que a Secretaria da Fazenda tem na parte do Tesouro, no orçamento, tem que ficar claro isso aí, que entra como prestação de serviço. Eu não concordo, já discuti lá no Tesouro também que eu não concordo e que isso não poderia sofre nenhum tipo de desvinculação, mas é o entendimento em relação aos contratos, da prestação de serviços, aí ficaram os HU como prestação de serviço e por isso faz a desvinculação. Não é o entendimento da Secretaria de Saúde, podem ficar bem claro, a gente ta brigando lá pra que nesse pré acordo não ocorra a desvinculação das receitas no ano que vem. Em relação daí ao SIAF, que o Hermes perguntou, a última pergunta. A gente parceiro também, quanto mais rápido pra assinar, o SIAF, melhor pra nós também. A gente ta com essa dificuldade, tem aí um vislumbre de troca de sistema, mas também há um período, não dá pra retroceder, parece que não tem como utilizar o sistema antigo. A gente espera que o novo venha e possa solucionar as nossas, os nossos problemas também porque isso ta bem complicado pra todo mundo, não é pra vocês, não é pra nós, pra Fazenda inclusive e ta interferindo bastante nessa questão. Rangel (FEHOSPAR) Bom, temos mais dois inscritos. Eu vou encerrar as inscrições. E, realmente, pedir pra ser objetivo pra gente poder pelo menos fazer a pauta da FUNEAS. **Olga (SindSaude)** Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar aqui que a dificuldade de discutir todos esses instrumentos de uma vez só, espremidos numa ata que tem outros assuntos. Então, a minha sugestão é que na próxima oportunidade a gente faça uma reunião extraordinária do Conselho pra poder debater melhor essas questões. A outra questão é também, para dois mil e vinte, que LOA ela seja discutida, cada projeto atividade a gente vá discutindo periodicamente pra que a gente possa ter um acompanhamento mais racional desse processo. Com relação ao PPA, a dificuldade que nós tivemos foi na apresentação dele, de uma forma muito sintética e sumiu aqui por exemplo o resultado esperado até dois mil e vinte três de várias metas, várias metas sumiram, não aprece aqui no documento que a gente recebeu. Então, ficou difícil pra gente fazer uma análise crítica do processo. O documento que foi encaminhado para os conselheiros e conselheiras. Ainda com relação ao PPA, a grande preocupação é que a gente ta inaugurando algumas unidades, inclusive unidades hospitalares de grande porte, você colocou aqui pra nós mas nós estamos com menos quatro mil e sessenta e dois servidores no dia de hoje. Há uma perspectiva que foi apresentado na comissão intersetorial de recursos humanos de diminuir em razão de aposentadorias que chegaram e não estão sendo repostas. Então, hoje nós temos quatro mil e sessenta e dois servidores amenos. Então como fazer para cumprir um plano, um plano plurianual sem o contingente de pessoal e não tem aqui nenhuma iniciativa nesse sentido de colocar a abertura de concurso público porque nós não aceitamos e registramos aqui por diversas vezes e reafirmamos, não aceitamos terceirização de contratação de pessoal. Não aceitamos FUNPAR. Não aceitamos FUNEAS e não aceitamos EBSERH. Esse vai ser um dos grande embates caso essa gestão insista em continuar contratando pessoal por meio desses instrumentos. A outra questão com relação à LOA, é que a gente não teve a comparação com dois mil e dezenove. Ficaria mais fácil de a gente fazer a discussão se isso tivesse sido apresentado essa vez. Então, a questão da subestimação da receita ela faz com que a gente torne essa lei a letra morta. No orçamento dois mil e vinte, a gente trabalhou com a perspectiva que vocês tem, de crescimento da receita, de cinco a seis por cento do orçario de dois mil e dezenove, se comparar com realizar dois mil e dezenove no crescimento é zero por cento. Então assim, estamos sem condições de fazer o trabalho que a gente precisa fazer, sem orçamento sendo alocado, com essa subestimação de receita e o contingenciamento, que a gente espera junto com os colegas da Fazenda que isso não aconteça para dois mil e vinte. Então, era isso que eu queria falar nesse momento. Cid (SindSaude) Bom, em relação à LOA, aqui não veio a memória de cálculo da receita livre de impostos, permitindo a gente



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



fazer essa avaliação. Mas eu também assessoro o pessoal da APP no Fundeb, lá a gente teve 478 479 acesso à memória de cálculo da receita, então é isso que a Olga tava comentando. A receita ta 480 estimada para dois mil e vinte com crescimento cinco a seis por cento, se não me engano, sobre dois mil e dezenove, sobre o orçado dois mil e dezenove. Mas na verdade se a gente for pegar o 481 482 realizado dois mil e dezenove que ta num patamar de cinco por cento, então essa estimativa de 483 receita dois mil e vinte é zero por cento. Então, ou seja, nós estamos trabalhando de novo com uma 484 subestimação da receita no orçamento da SESA. E outro aspecto, termos metodológico, aqui tem 485 todos programas atividades que traz aqui e o que nós fazemos aqui é que se faça uma outra 486 metodologia para o ano que vem, na discussão da LOA. Que do período de janeiro a agosto, vá na 487 comissão de orçamento ou no Conselho, na comissão de orçamento prioritariamente, cada programa 488 atividade desse vai lá pra fazer o balanço do que ta ocorrendo, do programa atividade, o que 489 alcançou o que não alcançou, como que ta o desempenho, indicador de qualidade; para que a gente 490 possa também discutir na LOA o aspecto qualitativo dessas propostas aqui, desses valores. Porque 491 realmente, recebi isso no dia onze, setenta e cinco páginas, todos esses valores, não tem 492 comparação, não tem uma série histórica aqui, a gente fica perdido com esses números todos aqui, 493 não tem como avaliar, eu teria que ver. Sugiro a gente faça uma reunião pra pensar 494 metodologicamente como discutir o número de dois mil e vinte e um. Luiz Fernando (ACISPAR) No 495 PPA, você falou, Nestor, a questão ali da extinção de alguns convênios, contratos e redes; e eu não 496 identifiquei no restante da apresentação nenhuma mais colocação dessa questão, não sei se foi falta 497 de entendimento e você explicou porque da mudança talvez de nome, mas eu queria que você 498 esclarecesse melhor essa extinção de alguns contrato, convênios e da rede. Nestor (SESA) Pra nós 499 não há problema de fazer uma reunião própria pra instrumento, a gente pode fazer pra próxima, 500 fique tranquilo, acho que fica colocado aí. Eu acho que assim, a discussão periódica da LOA e do 501 PPA é feita nos relatórios quadrimestrais, apresentados, o acompanhamento de todas as ações 502 desagregados por iniciativa e pelas superintendências e pelas diretrizes colocadas no Plano 503 Estadual de Saúde, então isso ta disponível, fica fácil de ver, não acho que isso seja motivo pra 504 gente não acompanhar. Em relação à questão, tanto do número de servidores, algumas perspectivas 505 de novos concursos estão colocados dentro da questão de pessoal, não ta destacado uma coisa própria mas há perspectiva clara de colocação de aumento de pessoal dentro da perspectiva da 506 507 receita e também, eu queria já de pronto anunciar aqui que estamos autorizados a chamar trezentas 508 e cinquenta e sete vagas abertas ainda do edital de dois mil e dezesseis do concurso. Já promovemos o encaminhamento do ofício à Secretaria de Administração, há uma pendência 509 510 burocrática que a gente ta tentando fazer em relação às vagas que estavam sendo chamada, mas, a 511 gente vai recompor. Agora, importante frisar que a recomposição de todo o efetivo da Secretaria de 512 Saúde em função do número de vagas abertas no quadro próprio é uma coisa que a gente vai 513 pensar sim, que vamos falar a verdade, inacessível hoje, não tem como eu colocar três mil, quatro 514 mil pessoas numa única vez, eu entendo a abertura do quadro, entendo a necessidade, mas isso 515 não há possibilidade de eu prometer aqui que vou colocar o número de pessoas, vou estar mentindo, 516 não vou estar falando a verdade aqui pro Pleno do Conselho, isso tem que ser falado. A 517 subestimação da receita, eu já pego o finalzinho do teu e já começo com o Cid também. Bom, isso é 518 estimativa de cálculo da Fazenda, levando em conta aí índices, economia, previsão, cenário futuro, 519 dólar, economia mundial, o drone na Arábia Saudita da semana que vez o preço subir da gasolina, 520 quer dizer, todos esses condicionantes não fazem parte do escopo da Secretaria de Saúde eu volto 521 a falar. Veja, uma metodologia, e daí eu entra também já na questão da metodologia em função da 522 metodologia construída pra construção do PPA, da LOA. É a metodologia escolhida pelo governo e é 523 uma metodologia que tem dado resultado, tem tido um impacto. A gente pode acolher as sugestões 524 de metodologia que vocês querem colocar, não tem problema, eu acho que vocês podem fazer a 525 sugestão, uma metodologia mais macro de ser colocada e volto a falar, acompanhamento das ações a gente faz, tem feito, reiteradamente nos relatórios quadrimestrais apresentados por diretrizes, por 526



529

530531

532533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545546

547548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558559

560

561

562

563564

565

566

567568

569

570

571

572

573

574

575

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



meta, por quantitativo, então isso também é importante colocar que isso é feito na Secretaria do Conselho, na Assembleia Legislativa, disponibilizado no site. Então, sim é preciso que a gente avance também nessa questão em relação ao entendimento que isso já é feito baseado no que a lei prega, no que tem de legislação vigente e a gente cumpre completamente essa legislação nessas prestações de contas. (F12) sem áudio (F13) Acho que é isso que a gente veio pra colocar. Rangel (FEHOSPAR) Eu gostaria de colocar em votação PPA. Perdão, Fernando, perdão. Nestor (SESA) O seu nome veio aqui pra cima na minha anotação. Eu tava só olhando a lista de baixo, perdão. Coloca ali, Sandra, então, faz favor. Fernando, acho que então foi uma questão só de então talvez não tenha me expressado direito. A gente ta fazendo aí a extinção de iniciativas e ta transferindo as ações que estão dentro dessas iniciativas para outras iniciativas que já estão colocadas. Não quer dizer, que nem eu falei, não ta acabando com nenhum contrato, com nenhum convênio, com nada, com nenhuma das ações. A gente só ta transferindo por conta de natureza de melhor classificação de receita, de despesa, transferindo as ações dessas iniciativas para outras iniciativas que acho que não estão aqui, que são as iniciativas da gestão, não, ta sim, passa pra frente. Pra gestão técnico administrativa da Secretaria e pra essa aqui. Basicamente pra essas duas iniciativas. Então tudo que tem lá ta migrando pra cá pra melhor classificação da despesa. Não tem nada a ver com, ah tamo extinguindo programa, não foi reduzido nenhuma ação nem nada. Peço perdão então, mas essa questão é uma coisa muito mais de organização do PPA do que propriamente de desagregação de ação. Rangel (FEHOSPAR) Obrigado, Nestor. Gostaria de colocar aqui, em relação ao PPA dois mil e vinte dois mil e vinte e três, a parte que importa a saúde, aprovar que tem a parte do PES, Plano Estadual de Saúde. Vamos colocar em aprovação, então, no que diz respeito do PPA dois mil e vinte dois mil e vinte e três, que faz parte do Plano Estadual de Saúde. Em processo de votação. Os favoráveis. Vamos contar. Carla (Secretaria Executiva) Vinte e cinco. Rangel (FEHOSPAR) Vinte e cinco favoráveis. Contrários. Abstenções, quatro. Quatro abstenções e declaração de voto. Olga (SindSaude) A gente se absteve em razão de que a gente não teve toda documentação para fazer uma análise mais detalhada do Plano Plurianual. Então nesse sentido a gente teve que se abster por falta de informações. Rangel (FEHOSPAR) Gostaria de agradecer ao Nestor, toda sua equipe, pessoal da SEFA de apoio, já foi é que eles estavam realmente, eles tinham agenda e tava no limite, elas tinham falado. Perdão, Palmira. Por favor, declaração de voto. Palmira (Fesmepar) A minha abstenção é em relação também à pouca informação. Sem tempo hábil para estudo da documentação e com pouca informação com relação a você poder estar discutindo um pouco mais aprofundamente. Rangel (FEHOSPAR) Mais alguém? Não? Então vamos seguir. Então agradecer o empenho de todos. E, eu vou pedir, conselheiro e conselheiras, que façamos uma inversão de pauta. O relatório quadrimestral de prestação de contas da FUNEAS, ele vem agora para esse assunto logo em seguência porque alguns membros, principalmente da FUNEAS vai precisar se ausentar por questão de saúde. Em processo de votação. Os favoráveis. Por contraste. Contrários. Abstenções. Aprovado. Uma abstenção. Quem vem da FUNEAS? Marcelo? Olga (SindSaude) Questão de ordem. Questão de ordem, Mesa. A questão de ordem é que essa apresentação está ferindo o nosso regimento interno no artigo quinto, no inciso vigésimo sétimo, que diz que nós temos que fazer análise do relatório de gestão de prestação de contas da SESA, do FUNSAUDE, da FUNEAS, que devem ser repassados com antecedência de no mínimo quinze dias para deliberação do CES conforme legislação vigente. Esse material não nos chegou, em momento algum. Então nós não pudemos fazer o estudo e a análise para apreciação e deliberação sobre o relatório quadrimestral da FUNEAS. Então nesse sentido, nós pedimos que esse ponto seja retirado da pauta, que não há condições de fazer uma análise crítica sem conhecimento de causa. Obrigado. Irene (Fessmuc) Eu vou aguardar a decisão da Mesa em relação ao pedido de ordem da Olga e em seguida eu faço a minha fala. Rangel (FEHOSPAR) Esse mês realmente foi um mês atípico, nós tivemos a antecipação da nossa reunião. Tinha algumas situações internas de Secretaria Executiva, então, acho que por alguns outros, esses motivos, pode ser que tenha aí não chego em tempo hábil, mas



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



ontem eles fizeram apresentação nas comissões, eles estão aqui e eu gostaria de colocar pro Pleno. 576 577 Então, em votação se o Pleno concorda ou não que a FUNEAS apresente o seu relatório, pra gente e, lembrando que não há aprovação. Então assim, está só apresentação. Então, em processo de 578 votação. Os favoráveis pela apresentação. Conta pra mim, por favor, Carlinha. Carla (Secretaria 579 580 Executiva) Dezesseis. Rangel (FEHOSPAR) Dezesseis favoráveis. Contrários? Carla (Secretaria Executiva) Seis. Rangel (FEHOSPAR) Seis. Abstenções? Carla (Secretaria Executiva) Duas. 581 582 Rangel (FEHOSPAR) Duas abstenções. Então favorável dezesseis, aprovado a apresentação do 583 relatório. Irene (Fessmuc) Mantenho minha inscrição, presidente. Eu mantenho minha inscrição. Eu 584 disse que la aquardar. Nesse caso, eu peço vistas. Rangel (FEHOSPAR) Então ta bom, pedido vistas. Então, ta retirado de pauta. Muito obrigado, Marcelo. Fica pra uma próxima oportunidade. A 585 586 conselheira Irene trará na próxima reunião aí sua análise de vistas. Muito obrigado. Então, dando 587 continuidade à nossa reunião, agora o sexto assunto, relatório quadrimestral de gestão segundo 588 quadrimestre. Quem fará apresentação? Desculpa. As comissões que tem algum assunto em 589 relação ao relatório quadrimestral de gestão segundo quadrimestre, quais comissões estão inscritas? 590 Segundo quadrimestre dois mil e dezenove. Comissões inscritas? Nenhuma? Então pro favor, se 591 manifeste, senão vou andar com a pauta. Olga (SindSaude) Lógico que tem, de orçamento tem que 592 estar inscrita porque nós fizemos discussão lá na de orçamento, eu não sei onde que ta a coordenação da comissão de orçamento. Saúde do trabalhador está inscrita. Rangel (FEHOSPAR) 593 594 Não, peraí, vamos fazer a coisa da forma correta. Os coordenadores se manifestem. Se não se 595 manifestar eu vou passar. Então, saúde do trabalhador a coordenadora ta aqui. Saúde da mulher, mais algum? Acesso? Vigilância? Olga (SindSaude) Não pode ser só coordenação, Mesa. Rangel 596 597 (FEHOSPAR) Mauricio, por favor, chame todos pra dentro, senão encerro agora a reunião, vamos 598 almoçar e volta depois. Vão me desculpar, mas dessa forma não ta pra trabalhar. Então, vamos lá. 599 Orçamento. Vamos fazer a contagem novamente, então? Mas acho que não precisa, tem quorum. 600 Agora tem quorum, podemos fazer. Então vamos lá então, orçamento. Deixar claro que o assunto é 601 relatório quadrimestral de gestão segundo quadrimestre dois mil e dezenove. Então, as comissões 602 que tem algo a ser colocado já foram inscrito, que é orçamento, saúde da mulher, saúde do 603 trabalhador, perdão, antes até da saúde da mulher, depois vigilância em saúde. Olha, somente. 604 Olha, pessoal, esse momento as comissões só vai tratar deste assunto, daí lá no final, no nono 605 assunto que as comissões vai falar outras coisas, ok? Então, saúde do trabalhador. Olga 606 (SindSaude) Mesa, eu lamento profundamente, mas a comissão de orcamento foi a que mais discutiu a questão do relatório quadrimestral, então essa discussão tem que ser trazida pro plenário. 607 608 Rangel (FEHOSPAR) Tudo bem, Olga, mas eu só estou conduzindo. Olga (SindSaude) Não, tudo bem. Rangel (FEHOSPAR) A coordenação e relatoria falou que não tem. Se você tem, então, 609 apresente. Olga (SindiSaude) A coordenação tinha que falar isso. Então assim, nós fizemos a 610 discussão do relatório quadrimestral colocando aqui a diferença do que se falou, do que se 611 612 apresentou dos valores de receita líquida que acabou sendo apresentado um valor menor do que o 613 real, depois, o que a Secretaria justificou é que a Secretaria da Fazenda apresentou depois de ter 614 fechado o relatório, esse valor de vinte e um bilhões quinhentos e dezesseis milhões. Então isso vai 615 mudar o percentual. Quando foi feito a análise dessa despesa, empenhada e liquidada, nós fizemos 616 os dois cálculos, um com aqueles itens que são de quebra de universalidade e os que estão sem a 617 quebra de universalidade. Então, com quebra de universalidade nós temos onze ponto zero sete 618 aplicados, certo? Retirando esses elementos, nós baixamos para oito e quarenta e cinco agora no 619 mês de agosto. Então, nós estamos aquém da aplicação da receita prevista. Com relação à questão 620 da apresentação desses valores, o que a gente questionou foi assim, à uma aplicação menor que o 621 previsto nas ações de saúde, a gente não entendeu porque isso está acontecendo. Então foi empenhado o valor e ele foi aplicado muito abaixo daqui que foi previsto. E também, nós 622 623 questionamos ontem que essa aplicação dos valores estão alocadas em rubricas que fazem que o modelo assistencial seja voltado para a doença e não para a promoção e para a prevenção, porque 624



626 627

628 629

630

631

632

633

634

635

636 637

638

639

640

641

642 643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653654

655

656

657

658

659 660

661 662

663

664

665

666

667 668

669

670

671 672

673

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



há uma aplicação muito pequena nessas ações de vigilância e nas ações que vão entrar na promoção e na prevenção da saúde. Então, o nosso questionamento está aí porque os números mostram uma mudança nesse modelo assistencial, quer dizer, o privilegiamento do tratamento das doenças e não da saúde. Então essas foram algumas das questões. E com relação a situação de trabalhadores, acho que já foi colocado aqui, trabalhadoras e trabalhadores, nós estamos com um contingente pequeno e uma perspectiva de diminuição ainda, então como que a gente vai trabalhar com a gestão da saúde da população paranaense com um contingente tão pequeno de pessoas. E, com relação à saúde do trabalhador e da trabalhadora, nós solicitamos que a informação prestada fosse qualificada porque nós temos acesso às informações da DIMS que é um setor que trata de afastamentos de pessoas para tratamento de saúde, mas nós precisamos pegar esses valores que foram apresentados e qualificá-los para estudar o estabelecimento de nexo, de relação de causa e efeito porque nós tivemos um aumento expressivo dos diagnósticos relacionados à saúde mental, transtornos mentais para primeiro lugar de afastamentos e em segundo lugar doenças osteomusculares relacionados ao trabalho. Por óbvio que a gente conclui que isso está relacionada à forma de gestão, então eu tenho pressão pra cumprir meta e não tenho pessoas para fazer o trabalho. Então você tem sofrimento mental colocado aí e físico, então nesse sentido nós entendemos que precisamos ter primeiro lugar o diagnóstico de situação dessa saúde pra depois fazer a ampla discussão. E também, a abertura de concurso público, a gente não tem essa questão prioritária, nem no plano plurianual, na LOA não ta previsto a complementação de pessoas pra poder fazer o trabalho. Cid (SindSaude) Só complementando o que a Olga comentou, no primeiro quadrimestre, analisamos o relatório da SESA, o governo tinha tirado setecentos e vinte e cinco milhões do orçamento SESA. Observamos que, criticamos muito isso naquele relatório do primeiro quadrimestre e não tinha justificativa pra fazer aquele contingenciamento naquele percentual e desse valor e agora nós observamos no segundo quadrimestre que foi reposto esse valor, até um pouco a mais, cinco milhões a mais. Então, isso pra nós demonstra muito claramente a falta de critério nessa estimativa de receita e gestão da receita no Estado, se tira setecentos e vinte e cinco milhões num quadrimestre, no outro quadrimestre repõe setecentos e vinte e cinco milhões. E, destacando que foi reposto o custeio investimento mas o pessoal ainda está abaixo do que tava orçado, um por cento abaixo. Bom, problemas de previsão de receitas nós já falamos aqui. A questão da execução da receita componente dos doze por cento, a SESA sempre tava apresentando os dados com base no valor empenhado, até o ano passado, agora ta apresentando o valor empenhado e o liquidado, mas destacando aqui que (...)trecho incompreensível para transcrição(...) manual que estabelece que a comparação tem que ser com o liquidado, então ta um valor baixo que se não, e nós temos aqui, não basta só cumprir o que está orçado, se não aumentar o valor que ta orçado, não vai atingir os doze por cento porque esse orçamento que está aí estava mais baixo, estava vinculado a uma receita que ta se realizando num patamar superior ao que foi orçado na LOA de dois mil e dezenove. Então, se não tomar precauções e medidas, vamos executar, aliás não vai executar, vai chegar em dezembro e novembro vai ter que correr atrás de despesa para cumprir os doze por cento e a receita ta crescendo num patamar de cinco por cento e não zero como a SEFA tinha tido. Então, veja o drama da coisa, a SEFA tinha estimado uma receita de zero por cento, porém ainda contingenciou o orçamento em vinte por cento. Então nós tínhamos um gasto de uma receita previsto em cem, tava se gastando oitenta, depois os cem, aí então ta tranquilo agora, não tá, porque essa receita vai se executar em cento e cinco provavelmente. Então tem um gap aí que se não tomar medidas vai ter que correr atrás de despesa, novamente quando problema ocorre para cumprir os doze por cento. E a outra questão, é que eu levanto aqui também, foi que o pago está com, ou mesmo e empenhado em alguns programas, projeto atividade ta muito abaixo do proporcional na execução do ano e nós tínhamos deliberado isso na comissão de orçamento, sempre que isso ocorresse viesse uma justificativa do porquê está se executando bem menos do que o orçado na proporcionalidade. Rangel (FEHOSPAR) Nestor, então vamos só, cada comissão termina e você tem a palavra, pode



675

676

677678

679

680

681

682

683 684

685

686

687

688

689

690

691 692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716 717

718

719

720

721

722

ATA DA 267^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



ser? Nestor (SESA) Em relação a essas questões, algumas coisas são importantes de se colocar. Foi falado em relação, é que por conta de um aumento no número de afastamentos, principalmente em relação a transtorno mentais e questões osteomusculares. A Secretaria ta planejando, tava no orçamento, não sei se vocês viram ali, pela primeira vez está aqui um recurso prevendo a implantação de um plano de gestão de pessoas, um plano de longo prazo, não uma iniciativa única com uma situação só. Então há a perspectiva de um planejamento já colocado inclusive com ações e também não dá pra gente inferir uma coisa, isso mais isso é igual a aquilo, eu não posso colocar pra lógica alguns desdobres de situações, não posso concordar de que há um problema na gestão que está apertando, arrochando as metas a serem atingidas e colocando a culpa nisso em função do transtorno ou do problema osteomuscular, a gente tem que levar em consideração o contexto integral, precisamos entender qual que é a situação pra poder qualificar essa informação, não dá pra simplesmente dizer temos isso e mais aquilo, problema de gestão. E por conta disso a gente ta se preparando, alocando já nesse orcamento uma coisa específica pro plano de gestão de pessoas, ao longo do tempo pra gente poder começar a implementar isso daí. Também não posso deixar de colocar a questão da mudança que foi colocado do modelo de atenção em função numa baixa execução numa determinada ação, lembrar que e daí eu já pego um pouco do que o Cid falou, a execução orçamentária, ela se dá no ano, ela não se dá só no quadrimestre ou num bimestre, ela tem que se dar no final do ano. Algumas ações estão sendo colocadas pra serem feitas agora no final do ano por conta do reordenamento, por conta da introdução do novo governo, uma metodologia diferente na gestão, então acredito que a gente tem que olhar a execução orçamentária muito de acordo com aquilo que a gente vai ver no dia trinta e um de dezembro. Nós temos aí uma previsão feita pela Fazenda, nós cumprimos essa previsão, a gente trabalha com aquilo que é realmente liberado em termo orçamentário, então ele não fica parado, até se vocês olharem, sextafeira passada, dia treze de setembro foi ditado o primeiro decreto de suplementação orçamentária, oitocentos e trinta e três milhões de reais. Então assim, estamos atentos, par e passo aí, pedindo, cuidando e combinando com a Secretaria da Fazenda, mas na proporcionalidade que o governo, a velocidade que o governo consegue colocar, eu também entendo aqui algumas questões de que não dá pra fazer um avanço simplesmente sem ter o lastro financeiro da receita apurada pra poder liberar o orcamento pra nó. Nós estamos também fazendo a gestão de que a conta não figue doze vírgula zero zero por cento em relação ao orçamento da Secretaria de Saúde, que isso avance em doze ponto cinco, doze ponto seis e que isso traga uma execução um pouco maior das ações serviço em saúde no ano ainda de dois mil e dezenove. Então, nós não podemos dizer que não estamos atentos, a atenção está sendo dada o ano inteiro. A questão da execução orçamentária ela vai se verificar ao final do ano, é óbvio que a gente tem um detalhamento de algumas ações que vão mais adiante, menos adiante, conforme a gente for liberando o orçamento, isso faz parte do dia a dia do serviço público, agora, vamos apurar o mínimo constitucional e o quanto vamos exacerbar ao final do exercício. Em relação à questão, inversão do modelo de atenção, eu tenho ficado preocupado com algumas coisas, umas constatações maiores, mas daí se a gente for ver em termos de orçamento, se vocês forem olhar ali, o orçamento que foi destinado pra vigilância neste ano, ele vai ser praticamente vinte milhões a mais do que tem de orçamento de vigilância em saúde deste ano. Então assim, a gente vai andar um pouco mais nas ações e por que não foi executado tanto até agora? A gente tem constatado que a maior parte do orçamento dedicado nessa parte em dois mil e dezenove, não somente em dois mil e dezenove, em outros, em anos anteriores, tava destinado pra transferência aos municípios pro programa VigiaSUS. O que acontece? Tem muito dinheiro na conta dos municípios, mas o problema não seja só dinheiro, tem muito da gestão nos municípios e por isso eu volto a falar nós estamos revendo os programas com base no diagnóstico que está sendo feito, então a maior parte desse financiamento está relacionado a transferência aos municípios e não a execução de serviço próprio pela Secretaria, não é isso. Então assim, tem que ter muita parcimônia a hora que a gente fala que a gente ta mudando o modelo de atenção não investindo em saúde, não,



725

726 727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748749

750751

752

753

754755

756

757758

759

760

761

762763

764

765

766

767

768

769 770

771

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA





não é isso. Nós temos que investir bem o dinheiro, aquilo que eu falei antes, não adianta só jogar dinheiro, dinheiro, dinheiro no lugar onde que não ta consequindo executar. Novamente, diagnóstico. Por que os municípios não estão conseguindo executar? Qual que é o problema? Eu explico já. Eles querem muito mais dinheiro pra custeio pra fazer as ações de serviços diretamente no município, porém com grande viés, pagar salário e esse é um problema porque não dá pra pagar salário com dinheiro do tesouro do Estado, entendeu? O Tribunal de Contas não reconhece a transferência do Estado, o tesouro do Estado, fonte cem para os municípios, na hora de pagar salário. E assim, é uma discussão que eu abri com o Tribunal de Contas, sabe por quê? Porque a transferência do Fundo Nacional de Saúde, as transferências federais, você pode pagar, pode, o dinheiro da vigilância você pode pagar salário do município com o dinheiro do teto da média e da alta, você pode pagar salário de quem faz média e alta com dinheiro da atenção básica. Por que o dinheiro do Estado, que teoricamente é pra mesma coisa você não pode pagar salário? Isso implica na execução de servicos do VigiaSUS, por isso o VigiaSUS vem lá desde dois mil e treze muita coisa de estruturação já foi feita, aí ta sobrando dinheiro do custeio porque a gente não ta achando lugar onde gastar, então (F14) antes de dar mais uma boa parcela pra ficar parado na conta, vamos tentar conversar e a gente ta fazendo isso, como que é melhor de fazer dinheiro. Então, não é uma mudança de modelo, pera lá, alto lá, vamos ver como está sendo executado pra melhorar o impacto da ação, que isso é mais importante do que qualquer outra coisa. O que tenho a dizer era isso. Rangel (FEHOSPAR) Palmira, dentro da pauta de orçamento? Palmira (Fesmepar) Nestor, é só em cima, não é bem em cima da pauta de orçamento, é em cima da fala do Nestor. Quando você colocou que as ações do relatório anual de gestão, até trinta e um de dezembro pra realização das ações, eu quanto fiscalizador de indicadores também, o que muito me preocupa é que quando chegamos no segundo quadrimestre tema várias ações que tem que ser realizadas até dia trinta e um de dezembro só que o índice está muito baixo. Então se você deixar muitas ações, daí não é só dentro do orçamento, é várias ações, se você deixar pra cobrar quando vir a prestação do terceiro quadrimestre já encerrou o ano, então você não consegue, nós, eu enquanto conselheira estadual mas também municipal, dentro do nosso município nós temos por prática de analisar o RAG a cada quadrimestre, verificar e atentar o gestor pro gestor verificar aquele índice dentro da contratualização ou dentro do investimento de qualquer outra coisa, que não está atingindo e nós já passamos o primeiro semestre, já encerramos o segundo quadrimestre e se hoje ninguém se posicionar em relação a muitas ações que estão lá muito baixa, eu vou colocar um exemplo que não tem nada a ver com orçamento, a vacina, um índice que está baixo, muito baixo vai chegar lá no final do terceiro quadrimestre você não vai consequir alcançar. São ações que você tem que realizar mês a mês, você tem que realizar e se cobrar e se isso, quando você coloca que os municípios estão com muito dinheiro nos seus caixas e não estão realizando as ações, isso é falha de quem? É nossa? Do gestor estadual? Ou é falha nossa do gestor municipal? É a questão da cobrança, porque nós temos que ter um mecanismo e isso eu acredito que seria pra gestão, de um instrumento muito grande pra poder cobrar igual as contratualizações que são feitas com os hospitais, que você possa estar averiguando, que eles possam estar passando as ações e tem uma efetivação maior em relação às ações que não estão sendo feitas. Porque chega final do ano, trinta e um de dezembro não foi realizado e daí automaticamente acontece o quê? O município não realizou e o Estado também não vai cumprir, certo? Então é só uma questão de fala mesmo, não precisa nem resposta. Nestor (SESA) Mas eu preciso esclarecer. Que eu acho que talvez não me fiz entender. Eu falei de execução orçamentária e não de execução de ações. Também não falei no relatório anual de gestão, que esse vai ser só em março do ano que vem. Então assim, a execução orçamentária a gente vai fechar ela dia trinta e um de dezembro, porém a execução das ações até tem a ver com execução orçamentária mas não está completamente ligada porque muitas das despesas estão no dia a dia, o que fica prejudicado às vezes é um programa ou outro programa e daí eu vou entrar no que foi falado aqui. Promoção de saúde, no orçamento tem dezoito milhões liberado pra fazer ações de



774

775776

777 778

779

780

781 782

783

784

785

786

787

788

789 790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802 803

804

805 806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



promoção em saúde. Perto do orçamento total, essa execução, desse programa, representa zero vírgula zero zero um por cento de todo orçamento, entendeu? Em relação a isso, então assim, é diferente execução orçamentária de execução das ações. Você falou da vacina, a gente ta aí numa enlouquecida cruzada pra aumentar as vacinas, então, a gente não ta deixando de executar as ações; é só uma questão de adaptar o orçamento ao tempo. Então as ações a gente ta executando, tanto é que ta monitorando, e muitos dos vamos dizer assim indicadores combinados dentro do plano estadual de saúde estão dentro do que está combinado, até com algumas ações melhores, algumas um pouquinho abaixo do que ta combinado na meta, mas assim, tudo dentro, vamos dizer, da margem de controle em relação as metas das ações. Então, execução orçamentária lá, mas as ações durante todo tempo atrelado. Em relação a municípios, olha, aí é um conjunto de fatores, não dá pra apontar um culpado só, é um conjunto. Eu faço uma reflexão de que a gente às vezes pode errar pelo excesso e não pela falta. Então o que ta acontecendo, um conjunto de fatores. A falta de regulamentação de poder usar o recurso estadual num jeito de custeio tal qual os municípios gostariam, a falta de equipes de vigilância mínima nos municípios apontada muito claramente no PRI pra que não se executem as ações de vigilância nos municípios, isso ta claro; todos os municípios apontaram isso, todas as regiões, isso é um diagnóstico muito claro. Eu falo isso porque a gente percorreu todas as regiões e eu vi todos planos, então ta muito claro isso aí. E, eles pedem a manutenção do recurso, mas veja, se eu dou mais recurso pra mesma coisa pra ficar na conta, não vai adiantar então nós temos que pensar diferente. Então, não posso apontar, Palmira, um único culpado. Talvez seja um conjunto de coisas aí que a gente precisa pensar junto para melhorar a execução dessas ações, mas na média também as ações em relação à vigilância, tem indicadores, a gente tem um bom desempenho, o que falta que foi colocado e isso realmente, equipes, equipes nos municípios, equipe mínima, uma estruturação própria do município, não em compra de equipamentos, compra de mesa, cadeira, ar condicionado, reforma de sala, condições mínimas de trabalho, isso todos relataram que foi muito bom que foi feito e a gente ta discutindo a forma melhor de fazer essa transferência de recurso. Rangel (FEHOSPAR) Obrigado, Nestor. Gostaria antes de mais nada agradecer a presença do Ministério Público, na pessoa do Carlos. Bom, meio dia. Qual a minha proposta? Vamos almoçar, depois a gente conclui, tudo bem? A van sai do hotel, lá do restaurante treze e quinze, então, uma e meia aqui, ta ok? Ótimo almoco a todos. Obrigado. (F15) Vamos lá? Boa tarde conselheiros e conselheiras e demais presentes. Palmira, faz o favor pra mim. Isso. Mauricio, conferir o quorum, por gentileza. Mauricio (Secretaria Executiva) Por gentileza, conselheiros e conselheiras, mantenham seus crachás erguidos. Dezenove. Quorum adequado. Vinte. Vinte e um. Vinte e um, quorum adequado. Rangel (FEHOSPAR) Vinte e um, quorum adequado. Então dando sequência. Mauricio, por favor, justificativa. Mauricio (Secretaria **Executiva)** Fazendo então mais uma justificativa para o período agora da tarde, Elfi Gusava. Obrigado. Rangel (FEHOSPAR) Então vamos dar continuidade no assunto relatório quadrimestral de gestão, segundo quadrimestre dois mil e dezenove. As comissões inscritas são orçamento, saúde do trabalhador, saúde da mulher e vigilância em saúde. Orçamento e saúde do trabalhador já encerrou, então, saúde da mulher. Maria Elvira (Assempa) Coordenadora ad hoc por nossa amiga estar em cirurgia eu assumi esses dois meses. O que nós vamos falar faz parte também, mas olhe, a Caroline e as meninas nos apresentaram pra nós o RAG ontem mas nós não avaliamos, por quê? Porque tinha umas condições que nós fomos. Rangel (FEHOSPAR) Elvira, não é RAG é relatório quadrimestral. Maria Elvira (Assempa) Relatório quadrimestral, perdão. Daí nós não avaliamos porque nós temos uma questão pra falar, mas queria falar com o representante da SESA que estava hoje de manhã. É o seguinte, desta comissão saiu duas representantes pra mortalidade materno infantil, comitê de mortalidade materno infantil, passou por aqui, inclusive foi aprovado o regimento, tudo mais e as meninas, as duas representantes nunca foram chamadas, nesta gestão, pra representar. Então por isso nós não avaliamos e agora, nós ficamos sabendo que já estão fazendo outro, outra comissão. Então eu vou passar pra Malu porque ela está sabendo. Malu (Assempa)



822

823

824

825

826827

828

829

830 831

832

833

834

835

836

837

838 839

840

841

842

843

844

845

846847

848

849

850

851

852

853

854

855

856857

858

859

860

861 862

863

864

865

866

867868

869

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Senhor presidente, nós da comissão de saúde da mulher, alguns anos atrás, uns dois anos, não me lembro, foi comissão de saúde da mulher, indicou duas participantes da comissão representando a comissão de saúde da mulher no comitê estadual de mortalidade materno infantil onde foi elaborado novo regimento, atualizado, porque existia um comitê que nunca apareceu na comissão de saúde da mulher pra prestar, dar satisfação pra nós, na comissão e a comissão era usada somente para referendar. E, a gestão anterior analisando toda essa situação veio na comissão de saúde da mulher pedindo que indicasse duas representantes. Então foram indicados dois nomes na comissão de saúde da mulher representando a comissão e não entidade. Passou por esse Pleno, tem uma resolução, nós trabalhamos na elaboração do regimento, foi aprovado, trabalhamos, tem uma resolução com os nomes das duas participantes que é a Terezinha Possebom e eu e a gente sempre participou das reuniões. Esta gestão nunca convidou as representantes da comissão e referendada por este Conselho pra participar desse comitê. E, nós ficamos sabendo que o tal do regimento que nós fizemos lá atrás foi chamado as pessoas que antigamente lá atrás estavam nesse regimento, nesse comitê, pra elaborar um novo regimento, são pessoas que não representam nenhuma entidade, não são da comissão de saúde da mulher e é por esse motivo que nós não fizemos avaliação. Deixar bem claro que a Assempa, a Humsol e as outras entidades, tem uma entidade aí que se posicionou a favor, mas não tem quorum daí, então é por este motivo. Não é nada outra situação. Acácia (SESA) Eu trabalho com mortalidade materno infantil a onze anos no Estado, independente da gestão, agora, neste momento estou à frente da epidemiologia, continuo analisando óbito porque essa equipe é toda nova, apesar de realizar o meu trabalho. O que foi solicitado pra nós? Que nós atualizássemos só a legislação que tava, que mudou e quando eu fui pra essa reunião em Brasília solicitaram que, o nosso comitê estava muito restrito institucional, foi solicitado que realmente que a gente tenha participação tanto do Conselho quanto sociedade civil, mas não foi mexido. A gente só atualizou esse regimento, foi por isso que ainda nós vamos pedir pauta na comissão de saúde da mulher, ainda não foi atualizado e não saiu da SESA. Rangel (FEHOSPAR) Então só pra entender, doutora. Então, nada vai ser mudado, a composição, aquilo que foi resolvido, com resolução e vai continuar chamando os membros? Acácia (SESA) Vamos continuar chamando os membros. Não houve nenhuma reunião nesse período, por isso que não foi chamado. Rangel (FEHOSPAR) Porque o nosso receio é voltar a ser o que era e no ano passado foi maciçamente discutido isso. Desgastante até, porque eu participei de uma reunião da comissão, fui ofendido até e outros demais membros da comissão e realmente esse Conselho ele deliberou. encaminhou pra uma Acácia (SESA) Tem que passar pelo Conselho, tem que passar por CIB. E, desde o ano passado vem subindo a mortalidade materna, não só no Estado do Paraná como no Brasil, então é uma grande preocupação pra que a gente tenha as resposta em tempo oportuno e o trabalho integrado com a SAS. Palmira (Fesmepar) Bem, eu não faço parte da comissão de saúde da mulher, só que eu sou mulher e o índice de mortalidade aumentou e aumentou muito. Só que daí muito que me espanta e uma pergunta que eu quero fazer, daí quanto você que deu uma resposta. que daí a Malu pode colocar, fazer a colocação dela. O que muito me espanta é que não é porque mudou o governo que nós temos que parar com o comitê de materno infantil, no qual o nosso índice de mortalidade tem aumentado. Nós já estamos no mês de setembro, nós não tivemos reunião desse comitê durante todos esses meses? É uma coisa que é muito séria, porque políticas sérias pararam e não é mais um governo novo, considerando que quase vinte e cinco por cento do mandado do governo já se passou quase. Não é um governo novo. E quando você se propõe a fazer uma gestão, você se prepara para a gestão. A partir do momento que eu ganhei, que eu entrei ali, que eu fui eleita, aquela questão toda, eu tenho que estar preparada pra dar continuidade, agora quando se muda nome de programas, ok, só que quando se trata da questão mortalidade materno infantil e daí não é só materna, materno infantil, dentro do Estado do Paraná, os municípios estão trabalhando e o Estado dizer que o comitê não se reuniu? Um índice tão alto. Agora é uma coisa que muito me espanta e que fique gravado, que esse Conselho, daí eu parabenizo a comissão de saúde



871

872

873874

875

876

877

878

879

880

881

882 883

884

885

886

887 888

889

890

891

892

893

894 895

896 897

898

899

900 901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



da mulher quando não fizeram avaliação de uma coisa que até eu não avaliaria também, porque é uma coisa assim que nós precisamos deixar de ser criança e passar a agir como pessoas que estão aqui pela luta de melhoria dentro do SUS, seja na saúde da mulher ou seja em qualquer outro âmbito. Trocar nome de programa é uma coisa, agora, deixar de fazer o papel que se propõe é outra. Acácia (SES) Não. Não foi paralisado. A vigilância tanto dos óbitos maternos quanto infantil, elas continuam ocorrendo; a gente tem dado resposta em tempo oportuno, não só com trabalho integrado junto com a saúde da mulher como também com os municípios e regional de saúde, pra cada óbito que a gente recebe, assim que foi inserido no sistema a gente já dá o retorno pra que se investigue as causas e não aconteçam novos pelas mesmas causas. Como a mortalidade materna, ela é um número pequeno, ela oscila, então, isso pode acontecer, mas a gente não quer que essas mulheres continuem morrendo. Venho fazendo esse trabalho a muitos anos, então não é um trabalho que começou agora. Malu (Assempa) Doutora Acácia, a gente conhece o teu trabalho, o que ela falou aqui é gestão, certo? Então é gestão. Trabalho das técnicas, ontem eu fui bem clara na comissão de saúde da mulher, nós, as entidades que não fizeram a avaliação e não vamos fazer, por quê? Nós reconhecemos o trabalho dos técnicos, das técnicas que trabalham. Agora me admira muito, é o que ela acabou de dizer, nós estamos em setembro, esse comitê não se reuniu com a comissão de saúde da mulher, mas tem pessoas do comitê anterior que ta falando por aí que tão elaborando, mudando todo regimento. Isso não passa na comissão de saúde da mulher. Só um pouquinho, doutora. A comissão de saúde da mulher não será usada pra voltar aquele comitê que era antigamente, não será mais usada, doutora. A comissão de saúde da mulher não está aqui somente para referendar o que a gestão, a gestão não, algumas pessoas da gestão determina que vão fazer. Não será usada. Fica bem claro isso. A nossa posição não mudam nem um ponto nem uma vírgula. Nós não vamos mudar. Pelo menos as nossas entidades não mudam, se outras entidades que tavam lá, não dá quorum pra avaliação. É essa a nossa posição. Muito obrigada. Maria Elvira (Assempa) Só para encerrar, eu faço parte na nona regional de saúde do comitê de mortalidade materno infantil. Eu sou titular lá, mas minha suplente, uma dentista, ela não falta da reunião porque às vezes eu estou aqui, mas lá nós estamos avaliando. E, muito obrigada pelas colegas que nos antecederam e falou muito bem, a Palmira. Obrigada. Rangel (FEHOSPAR) Doutora Acácia, lógico, a gente sabe, o que a Malu falou, nada contra você ou sua técnica ou os demais membros da sua equipe. Realmente, a gente só tomar o cuidado pra gente não ter um retrocesso, ta? Só isso. Quando tiver comitê, por favor, encaminhe um convite daí para os conselheiros poderem estar presente e também poderia já até pensarmos pra uma próxima reunião da comissão, no próximo mês, se pudesse apresentar alguns dados na comissão de saúde da mulher. É, pauta permanente, mas se pudesse, é um pedido meu daí. Malu (Assempa) Presidente, me causa estranheza o senhor pedir por favor pra ela nos convidar. Não é por favor, não. A gestão tem essa obrigação conosco, por que nós estamos aqui todo mês participando da comissão de saúde da mulher, do Pleno, analisando todo o trabalho da gestão e agui quem vota somos nós da comissão de saúde mulher, quem vota são entidades conselheiras. Então não é favor não de convidar, convidar não, convocar. Nós fomos eleitas então somos convocadas a participar. Não é favor não, doutora. Nós temos um direito constado em ata, aprovado, porque eu vou levar pro Ministério Público, eu vou levar, eu to esperando agora. Nós não vamos deixar isso passar batido. Pessoas que não representam entidades pra voltar o que era o comitê anterior, não vai voltar não. doutora. Quem quiser fazer compadrio, política de boa vizinhança, faça na sua casa, com a comissão de saúde da mulher e com o Conselho não será feito. Fica registrado a nossa fala aqui. Eu estou falando, nós conversamos com os nossos pares aqui, a comissão de saúde da mulher não será usada pra isso. Obrigada. Rangel (FEHOSPAR) Bom, agradeço então a doutora pela presença, peço desculpa por qualquer coisa, mas eu acho que ta bem esclarecido aí. Comissão de vigilância em saúde. Custodio (Famopar) Vou passar pro Hermes, que é o Hermes que vai fazer a apresentação. Hermes (HU-UEM) Só a título de colaboração, a comissão de vigilância, teve quatro



920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



itens que nós avaliamos ontem e que merece uma avaliação maior até o final do exercício pra fechamento do relatório. Foi item quinze ponto um quatorze que é elaboração e divulgar o plano de contingência para o enfrentamento e resposta das emergências em saúde pública, envolvendo desastres naturais, corridas de massa, inundações, enxurradas, alagamentos, ciclones, tornados, tempestade de raio, granizo, chuvas intensas e vendavais. A situação é em elaboração. Ou está no relatório ou foi paralisado porque já houve até uma apresentação aqui no Conselho da proposta do projeto, então nós gostaríamos de até o final do exercício isso deveria passar, continuar. O item quinze ponto um dezessete, é atingir no mínimo setenta por cento das ações pactuadas no programa VigiaSUS. No primeiro quadrimestre o resultado era até o momento não foi possível avaliar esse indicador porque o sistema está em manutenção e na última semana houve problema com o servidor da Celepar. Na avaliação do segundo quadrimestre, continuamos sem acesso ao sistema para realizar essa avaliação. É o tipo de informação que não fica bom no relatório de avaliação. O item quinze um ponto oito que é a construção do LACEN que ta a vários anos na mesma fase e o quinze ponto um cinco quando trata da cobertura vacinal, que por mais que haja ações do Estado, nós estamos vendo cada vez reduzindo mais esses índices de cobertura. Paulo (CRF) Só pra contribuir aqui o esclarecimento do Hermes, a questão do plano de contingência, a gente pediu pra o responsável da área vir na próxima reunião esclarecer em que etapa, em que momento do plano se está, porque como colocaram em elaboração, a gente sabe que ta, fica até difícil saber se como é que ta o andamento. Na questão do VigiaSUS, até a Acácia pode comentar, é óbvio que tem uma nova proposta de fazer o acompanhamento do VigiaSUS até em termos de metas e quantitativo, ainda vai ser pactuado né? Na Bipartite. Mas a questão do sistema, até a gente conversou em grupo, não é justificável colocar aquela questão de o sistema não ta informando. Então é a situação que a gente precisa mesmo ter como é que estão em números, até porque tinha números; porque as ações são feitas e até muitas das ações dos municípios estão em sistemas do Ministério da Saúde e que podem ser agregadas e que demonstrem o quanto os municípios estão ou não executando as ações do VigiaSUS. Então, seria só isso pra ajudar e complementar. A questão da cobertura vacinal, a gente também pediu pra pessoa, a Vera eu acho, no mês que vem né? Fazer um esclarecimento de como é que ta porque a gente queria saber exatamente quais são as ações, é que a gente tinha pedido o detalhamento por regional de saúde, foi até a Palmira que havia pedido, essa discussão por regional, e principalmente colocar quais ações que a SESA está fazendo no que compete à SESA nessa questão aí da cobertura vacinal. Acácia (SESA) Posso complementar? Quanto ao plano de contingências, ele falta a revisão final pelo grupo técnico responsável. Já quanto o VigiaSUS, não vinham sendo atingidos todas as metas e as regionais com baixo quantitativo de pessoas tinham que fazer essa avaliação e monitoramento e município e muitas vezes ficava até um mês fora. E, não tinha um plano de ação, uma vez que não se atingisse aquela ação, não tinha plano de ação pra que, de melhoria. Então, foi feito uma nova proposta, com menor número de ações, ele vem mudando o VigiaSUS desde a sua constituição em dois mil e treze, inicialmente eram cento e uma ações que depois reduziram pra noventa e sete, houve outras modificações também. Nós observamos isso, fizemos um levantamento do que os municípios tinham em conta, eles também tinha dificuldade de gastar o dinheiro de custeio. Então, nós reavaliamos, fizemos uma proposta quanto ao número de ações, quanto ao acompanhamento quadrimestral, a fazer uma auditoria nos municípios pra que as regionais e municípios não ficassem tanto tempo deslocados das suas atividades e que fosse feito um plano de ação pra que melhorasse aquelas ações que não vinham sendo atingidas. Então essa proposta passa por CIB, como não temos CIB agora em setembro, vai passar no mês de outubro e vamos trazer pra apresentar, proponho, Paulo, pra próxima reunião da câmara técnica. Quanto a cobertura vacinal, sim, a SESA tem feito capacitações, tem feito, o problema foi a homogeneidade vacinal que não atinge quando um dos municípios não atinge a meta, a Vera vai poder falar melhor que eu, não atinge, por exemplo, como é o sarampo a minha meta é noventa e cinco por cento fica zero, aí dá lá embaixo homogeneidade vacinal do Estado do Paraná.



970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985 986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001 1002

1003

1004

1005

1006

1007 1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Também temos problemas com o sistema que é do Ministério da Saúde, alguns lugares tem sistema próprio e não fazem essa transferência, a gente acaba não tendo esse monitoramento apesar da constante orientação pelas equipes, tem programado um seminário pro final de outubro e uma capacitação permanente pras equipes de enfermagem e os técnicos de enfermagem que inicia já agora esse ano e pro próximo ano. Vera (SESA) Então, eu sou a enfermeira responsável pela divisão de imunização. Só reforçando o que a doutora Acácia falou, no Estado do Paraná nós não atingimos a homogeneidade da cobertura vacinal. O que vem a ser a homogeneidade da cobertura vacinal? Pra calcular a homogeneidade, a gente avalia as oito vacinas do calendário de crianças menor de um ano; são oito vacinas. Pra nós ter a homogeneidade de setenta por cento, conforme preconizado pelo PNI, os municípios, por regional ou todos os trezentos e noventa e nove municípios do Paraná, precisam atingir a cobertura vacinal no mínimo em cinco das vacinas preconizadas das oito. Infelizmente os municípios não atingem a cobertura, isto vem caindo desde dois mil e quinze. As baixas coberturas do Estado do Paraná, tanto que agora nós estamos enfrentando aí o surto do sarampo, pra nós ter uma proteção pro sarampo nós precisamos ter uma homogeneidade vacinal de setenta por cento, por quê? Porque se nós tivermos esta homogeneidade a gente evita os bolsões de não vacinados que ficam suscetíveis pras transmissibilidade das doenças imunopreviníveis. Desde o início do ano nós estamos trabalhando intensamente com os municípios, já fizemos duas reuniões técnicas com as regionais de saúde e com técnicos do município pra gente dar conta aí de aumentar a cobertura de vacinas no Estado. O que a gente sempre salienta que as dificuldades encontradas são a utilização do PNI não só pela plataforma do PNI mas pela escassez de recursos humanos pra estar registrando essas doses, o abandono, a falta de busca ativa, horário de salas de vacinas, fake news e principalmente um dos outros fatores é o desabastecimento de vacinas por parte do Ministério da Saúde. Mesmo com o desabastecimento a Secretaria orienta como fazer pra buscar essa criança que não vacinou e ta garantindo a dose pra ela. Mas tudo referente à imunização, todos os municípios, se nós pegarmos as oito vacinas que são os indicadores do programa nacional de imunização, a maioria dos municípios não atinge cobertura vacinal, consequentemente nós não temos uma homogeneidade, consequentemente nós temos bolsões suscetíveis e o reaparecimento aí das doenças eliminadas. Sarampo já apareceu, a partir do mês que vem a gente inicia o trabalho pra fazer o plano de enfrentamento com a polio que também pode ser reintroduzida por conta das baixas coberturas vacinais. Rangel (FEHOSPAR) Mais alguém? Bom, então pauta vencida. Vamos passar pro próximo assunto. Sétimo assunto, setembro amarelo. (F16) Flavia (SESA) Boa tarde a todos. Sou psicóloga e técnica da divisão de saúde mental aqui da Secretaria. E, eu trouxe pra vocês uma apresentação do setembro amarelo e o que o Estado está fazendo esse ano. Flavia faz apresentação. Marcelo (CREF9) Bom, agora vamos abrir pra perguntas. A gente faz por blocos. Inscritos? Hermes (HU-UEM) Flavia, só uma. Como é que esse curso trata a questão da ética da comunicação? Me preocupa, antes quando nós tínhamos os meios de comunicação, rádio e televisão, não se noticia, não se divulga o suicídio. Hoje com as mídias sociais, hoje acabei de receber a mensagem sobre um colega nosso da instituição que acabou realizando um acidente terrível. E, você não divulga isso nos meios de comunicação ater por uma ética porque outra pessoa pode ouvir aquilo e cometer a mesma situação. Nesse curso tem treinamento, tem algo específico sobre essa ética? Paulo (CRF) Só para registrar aqui os meus parabéns pra SESA. De toda simbolização do setembro amarelo, é um assunto ainda tem muito preconceito, as pessoas não fazem interferência porque acha que isso chama suicídio, até mesmo a pessoa, a questão da depressão acha que é coisa de frescura, coisa de gente rica, de gente que é desocupada. Então é importante realmente todos os anos a gente ter esse momento pra realmente lembrar e sensibilizar do tema. Maria Elvira (Assempa) Eu já participei de um curso da CVS, CVC, a CVV. Eu participei, é um curso muito bom. Parabenizar também a SESA por esse trabalho, que não é fácil e eu sei porque eu já, Foz do Iguaçu tem acontecido muito suicídio, segunda-feira nós enterramos a sogra da minha neta com cinquenta e dois anos, uma pessoa que você olhava assim,



1018

1019

1020 1021

1022

1023

1024

1025

1026 1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034 1035

1036

10371038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056 1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063 1064

1065

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



jamais imaginava que ela podia cometer tal coisa. Então, é muito difícil, nós perdemos uns quatro, cinco amigos o ano passado, esse ano já dois. Então, eu não sei o que a gente pode fazer, porque não pode divulgar como falou aqui, mas a gente tem que fazer um trabalho que a gente sabe que é uma doença e temos que ver como que vamos entrar nesse assunto pra estar, mas eu fico pensando, eu olhava pra ela segunda-feira essa mulher no caixão com dois filhos, cinquenta e dois anos, eu dizia meu Deus, falava pro meu neto porque você não me falou que ela tava ponto? Eu tinha visitado ela mais, conversado com ela mais, tudo mais e ele falou que nem nós sabia que a mãe estava nesse estado. Marcelo (CREF9) Pessoal, nós temos mais dois que estão inscritos. Acho que a gente abre pros dois, até porque teve alguns que não foram perguntas. E daí na fala do João a gente fecha as inscrições. Jonas (CUT) Primeiramente, parabéns pela matéria. A minha é só informação sobre o curso EAD e qual pessoas pode se inscrever e o local. João Eduardo (CREFITO8) Escutei algumas falas com relação a divulgação da questão do suicídio. Alguns municípios que a gente teve ciência aí na região metropolitana, fizeram campanhas em relação ao setembro amarelo, inclusive tanto com a comunidade, quanto junto aos próprios servidores dos municípios e uma coisa que eu ouvi é que na verdade falar de suicídio não gera suicídio, muito pelo contrário. Então, eu queria só que vocês se posicionassem enquanto psicóloga e que também enquanto psicóloga aqui representando a SESA, que você posicionasse assim como que você ta vendo a divulgação do tema a nível Paraná, feito pelos municípios, você deu aí um apanhado, mas assim, a nível mais micro, mais lá dentro do território dos municípios de uma forma mais ampla bem genérica, como é que você ta vendo isso. Flavia (SESA) Bom, primeiro a questão do Hermes, que o curso trata ética da comunicação sobre suicídio. Então na verdade assim, o que se sabe hoje é que a questão de falar suicídio como foi apontado não gera mais suicídios, a gente precisa sim falar sobre isso. A questão da mídia, é uma questão que começou lá com o efeito Werther que foi um efeito de contágio gerado por um livro que é o sofrimento do jovem Werther publicado por Goethe da Alemanha e a partir disso a mídia entendeu que não poderia se falar de suicídios que isso poderia causar um efeito de contágio. Hoje, o que os especialistas da área já sabem é que na verdade, a gente precisa falar sobre isso sim, mas existem alguma orientações pra como divulgar essas notícias por exemplo sobre suicídio. Então, a Organização Mundial da Saúde lançou um manual de prevenção do suicídio para a mídia, no qual constam diversas orientações sobre como que a mídia vai fazer a publicação dessas notícias. Também, em dois mil e dezessete o Ministério da Saúde lançou uma cartilha pra mídia que eles fazem uma síntese do que consta nesse manual da Organização Mundial da Saúde falando sobre como noticiar e como não noticiar. Então, algumas orientações é que não pode colocar como uma matéria sensacionalista, não é uma matéria de primeira página; você pode fazer uma matéria mas você não pode falar do método, você não pode atribuir o suicídio a uma única causa porque suicídio é multifatorial e algo que é bem importante, que todas as notícias sobre suicídio precisam vir com a vinculação, abaixo da notícia, de onde buscar ajuda porque muitas vezes pessoas que já estão numa situação de vulnerabilidade ou pessoas que tem algum familiar, algum amigo que ta nessa situação, ele vai ler a notícia e aí ele vai poder encontrar no fim dela onde que ele vai poder buscar ajuda. Então, no curso a gente contempla essa questão desse manual, a gente explica, fala sobre ele, fala que existe, fala como que são essas orientações. Quando a gente vai dar capacitação a gente também sempre fala sobre isso, quando eu vou nas regionais, nos eventos, é muito comum que o pessoal da mídia venha procurar, venha falar e daí eu sempre aproveito a oportunidade pra conversar com eles, ah você já ouviu falar do manual? Pra gente ensinar mesmo a mídia de como fazer isso, inclusive a gente já tem um planejamento aqui, enquanto divisão de saúde mental de fazer um evento para a mídia, então, pensando aqui na questão do jornalismo do Paraná, fazer um evento de orientação pra que eles saibam como divulgar situações relacionadas ao suicídio, além de questões relacionadas à saúde mental no geral porque a gente vê que a mídia ta divulgando temas de saúde mental de uma maneira muito inadequada, associando muito com periculosidade o que só aumenta o estigma.



1068

1069 1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083 1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097 1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

ATA DA 267^a REUNIÃO ORDINÁRIA





Então a gente contempla no curso, a gente sempre que a gente vai dar capacitação a gente também tenta contemplar isso e a gente já tem esse planejamento pra ter esse contato com a mídia pra informar melhor. Então, na verdade não é proibido, o que acontecia é que existiam um acordo de cavalheiros por esse medo de falar, hoje a gente sabe que o efeito de contágio ele só acontece se for divulgado de uma maneira muito equivocada e que se for divulgada de uma maneira responsável, ele até consta como uma das medidas de prevenção do suicídio elencada pela organização mundial da saúde. Daí agradecer, o Paulo e a Maria Elvira deram parabenização pela guestão do curso e das ações. E, retomar que realmente a gente precisa diminuir o estigma, então, um dos objetivos da campanha setembro amarelo e das ações de prevenção ao suicídio são justamente diminuir o estigma sobre o tema pra que as pessoas que tem alguma ideação suicida, estão pensando nisso e mesmo familiares e amigos possam buscar ajuda pra essas pessoas, o que é bem importante. O Jonas perguntou qual é o público alvo do curso. Então, o público alvo são profissionais de toda rede intra e intersetorial. Então, pensando na saúde a gente tentou contemplar boa parte dos profissionais, então tem momentos específicos que vão abordar como que ocorre a prevenção do suicídio na atenção primária, em diferentes equipamentos, então na unidade básica de saúde, no NASF, a mesma coisa pra atenção especializada e aí a gente, envolve também profissionais da rede intersetorial, então, profissionais da educação, profissionais de assistência social, ele é um curso bem interprofissional mesmo. Então, o público alvo são profissionais de toda rede e ele é todo EAD, todo à distância, então pra se inscrever tem que entrar lá na plataforma que é AvaSUS, digitar AvaSUS PR; pra quem for do Paraná, então, é só s inscrever, as inscrições estão abertas e não tem prazo pros inscritos fazerem o curso, eles vão fazendo no tempo deles, tá sendo bem bom pra quem ta fazendo e é um curso que ta tendo muitos elogios, a gente fica bem contente que a gente tem uma, ta tendo um feedback muito bom tanto dos inscritos no Paraná quanto no Brasil inteiro, tem pessoas do Brasil inteiro, gente da polícia fazendo, enfim, de diferentes áreas, todas bem envolvidas com a prevenção do suicídio que é um trabalho de todos e é um curso que está tendo bons resultados. E, o João Eduardo do CREFITO falou sobre a questão de que falar sobre suicídio não gera mais suicídios, exatamente, esse é um dos mitos sobre suicídio que a gente tenta justamente desmistificar e no curso a gente também faz questão, não só no curso quanto nas capacitações, a gente faz questão de elencar esses mitos e desmistificando uma a um pra que as pessoas identifiquem melhor essa questão e você pergunta como está a divulgação do tema nos municípios. Então, a gente faz esse contato com as regionais, que fazem esse contato com os municípios e a gente percebe que eles estão fazendo um trabalho grande de conscientização da população, então, envolver a comunidade, envolver os usuários dos serviços pra que eles consigam identificar esses sinais de alerta, então boa parte desses eventos, das atividades das ações envolvem a questão de ensinar a identificar os sinais de alerta, identificar os fatores de risco, saber como ajudar, então, como falar com uma pessoa que ta em risco, eles trabalham bastante nisso. E a gente tem também uma preocupação e a gente já tem esse planejamento dentro da divisão de orientar de uma forma um pouco mais, de uma forma embasada mesmo cientificamente pra auxiliar também nessas ações porque a gente vê que muitas vezes esses profissionais estão fazendo ações por exemplo em escolas só que a literatura sobre o tema especifica que quando você vai fazer uma ação em escola, a linguagem que você tem que usar, com qual idade, então se você ta trabalhando com uma criança de oito, nove anos, a ação que você vai fazer de prevenção do suicídio não é falar diretamente sobre suicídio, você vai falar mais sobre as questões de saúde mental, trabalhar mais com promoção de saúde e prevenção em saúde mental que também tem efeito na prevenção do suicídio. Então a gente tem sim essa preocupação e já ta pensando em ações pra, já que esses municípios estão tão engajados em fazer as ações de prevenção pra que a gente possa cada vez mais ajudá-los a qualificar essas ações pra que sejam ações efetivas mesmo. Rangel (FEHOSPAR) Mais alguém inscrito? Não? (F17) Flavia, então agradecer, parabenizar pela apresentação. Já tinha vindo aqui? Não? Flavia (SESA) Apresentar, não. Eu que agradeço. Rangel (FEHOSPAR) Então, se acostume



1117

1118 1119

1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

11321133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

11511152

1153

11541155

1156

1157

1158

1159

1160

1161 1162

1163

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



porque pode ser que tenha novos convites. Mas agradecer e ótimo trabalho pra vocês. Então oitavo assunto, sarampo e febre amarela. Doutora Acácia e Ivana. Acácia (SESA) Então, o sarampo é como se fosse uma doença respiratória, uma doença infecciosa aguda. Acácia faz apresentação. Ivana (SESA) Boa tarde, pessoal. Coordenação de vigilância ambiental. Eu vou fazer uma apresentação bem rápida pra atualizar vocês com relação a situação da febre amarela que diferente do sarampo a gente já ta na segunda onda no Paraná. Ivana faz apresentação. (F18) Rangel (FEHOSPAR) Então, nós vamos abrir blocos de quatro. Livaldo (MOPS) Ivana, a minha pergunta, se uma pessoa que teve sarampo, a idade de sete a dez anos e nunca tomou a vacina, não precisa mais? Vera (SESA) Então, só reforçando a fala da doutora Acácia e da Ivana, na questão das vacinas. Nós estivemos semana passada, todos os coordenadores estaduais do Ministério da Saúde e o secretário de vigilância do Ministério da Saúde, foi claro quando falou na dificuldade de aquisição da vacina, principalmente sarampo/caxumba/rubéola pelo motivo da produção da vacina. A vacina hoje ela não é só disponibilizada pro Brasil, pras Américas; tem um surto na Europa, nos Estados Unidos, Ásia, então a dificuldade dessa produção limita a distribuição para os outros países. Nossa cobertura vacinal, que a doutora Acácia colocou, nossa cobertura vacinal em crianças menores de uma ano que é o indicador que nós monitoramos a imunização no Estado do Paraná, até agosto está em oitenta e nove por cento, se o acumulado até agosto ta oitenta e nove por cento isso nos diz que as nossas crianças não estão sendo imunizadas conforme preconizado, que é noventa e cinco por cento, isso nos diz que o Paraná tem um alto risco da circulação viral que ta vindo de fora se transformar em endêmica no Estado, ou seja, nós termos a disseminação. A prioridade hoje, tanto do Ministério da Saúde quanto do Estado do Paraná é imunizar as crianças porque apesar do sarampo estar aparecendo na faixa etária jovem adulto, a letalidade do sarampo, ou seja, os casos graves de óbitos acontecem nas crianças. Então nós temos aí um desafio, até o final de setembro de nós conseguirmos atingir aí no mínimo a cobertura vacinal preconizada antes da campanha pra gente realmente avaliar carteira de vacinação na campanha e lembrando que a vacina sarampo/caxumba/rubéola ela faz uma proteção de rebanho, porque quanto mais pessoas eu tenho vacinada mais eu bloqueio a cadeia de transmissão, diferente da vacina de febre amarela. Febre amarela não faz imunização de rebanho, ela ta disponível pras crianças de nove meses e adultos até cinquenta e nove anos onze meses e vinte e nove dias, porém a nossa cobertura no Estado que é o nosso indicador é de oitenta e oito por cento. Se em crianças eu tenho oitenta e oito por cento, o adulto muito menos. Nossa estimativa de cobertura vacinal do adulto é de sessenta e seis por cento. Então acho que nós, a divisão, a Secretaria do Estado lá em conjunto com o Nestor, com o nosso Secretário, com o Conselho de Saúde tem assim um desafio pra levar essa informação pra população pra que daqui mais quinze dias a gente não comece com o sarampo, que já está aqui no Estado, mais casos de febre amarela. E lembrando que a vacina da febre amarela é individual, ela não causa proteção de rebanho, então nós precisamos atingir no mínimo noventa e cinco por cento de cobertura nas crianças pra gente aumentar a estimativa de vacinação do adulto. Lembrando que nessa semana ta acontecendo a vacinação de fronteiras no município de Foz do Iguaçu e Barração em parceria com Paraquai e Argentina, vacinando triplica viral, sarampo/caxumba/rubéola, e febre amarela. Só isso que eu queria, só pra contribuir com a fala das duas. Nestor (SESA) Eu só gueria reforçar a fala da Vera, a apresentação da Acácia e da Ivana. Parabenizar nossa equipe de vigilância que já a muitos anos é referência no Brasil em termos de vigilância, uma redundância mas é necessário falar. Só reforçando o quanto é importante a equipes, as nossas equipes estarem atentas e antever nos processos por conta da situação vacinal que ao longo dos anos teve claramente uma diminuição, uma cobertura vacinal, em todas as doenças imunopreviníveis por conta daquilo que a gente experimentou de uma onda de vacinas na década de setenta, década de oitenta, experimentou na década de noventa uma diminuição efetiva dos agravos aparecendo nas pessoas e isso causou um certo conforto e também a campanha clara anti-vacinal que ocorreu aí nos últimos anos, mas lembrando que por conta disso a nossa equipe se manteve vigilante ao longo dos anos e



1165

1166

1167 1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186 1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198 1199

1200 1201

1202

1203

1204

1205

1206

1207

1208

1209

1210 1211

1212

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



que no momento em que se identificou a possibilidade já um tempo atrás, não foi de agora, dois anos atrás, a primeira, o redescobrimento da febre amarela no Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, já foram tomadas as primeiras providências e também agora no começo do ano com a nossa assunção da nossa gestão, um trabalho ensandecido pra que a gente pudesse minimizar os efeitos da entrada principalmente da febre amarela. Eu vou dar um dado aqui só pra vocês terem a noção do quão importante é esse trabalho. São Paulo, pro conta dessa baixa na imunização, só em dois mil e dezoito foram mais de quinhentos e poucos casos de febre amarela, em dois mil e dezoito quinhentos e dois casos confirmados, cento e setenta e cinco óbitos, aqui no Estado esse ano foi um não devia ter sido nenhum. Mesmo com toda mobilização ainda a gente acabou perdendo uma pessoa, mas por conta da não vacinação, por conta de não termos esse histórico aí de quinze, vinte anos de conforto e que acabou acontecendo. Mas é importante reforçar, faço coro às palavras da Vera, da Ivana e da Acácia que nós precisamos vacinar, precisamos vacinar, isso tem que ser obstinação pra nós. Vi de novo aí o sarampo, doença imunoprevinível que nós havíamos já vencido no Estado por um longo período e por conta dessa zona de conforto acabamos tendo aí o aparecimento de novos casos. No Estado de São Paulo, quantos mil casos? Que você mostrou ali? Três mil e seiscentos casos, gente, isso é inadmissível, olha o tamanho, o potencial que isso tem, de estrago que tem de fazer dentro do Sistema de Saúde na saúde da população. Então se a gente puder aumentar a nossa cobertura, eu sei que ainda, por conta da nossa vigilância, nós estamos um pouco melhor que outros estados mas nós temos que avançar mais e chegar mais perto aí do limiar que a gente possa considerar aceitável, seguro, o da meta das coberturas vacinais pra todas, não só pro sarampo, febre amarela, mas pra todas as doenças imunopreviníveis. Paulo (CRF) Uma coisa que é importante, Nestor, a gente lembrar que uma das conquistas importantes foi uma lei do ano passado sobre a obrigação da carteira de vacinação nas escolas. Acho que aí a gente pode utilizar outras estratégias porque a gente tem que ver como é que está essa exigência nas escolas, eu acho que aí a vigilância sanitária pode ajudar muito, porque ela faz as inspeções de rotina para licenças sanitárias e ela pode daí verificar se a escola está cobrando, entende? Porque como está em lei isso pode se caracterizar como uma infração sanitária e a vigilância sanitária pode autuar. Então, é uma estratégia, sabe? No sentido de tentar melhorar aí essa cobertura. Assim como outras estratégias, como existem muitas políticas públicas e que podem vincular essa questão da vacinação. Rangel (FEHOSPAR) Bom, eu vou abrir para a Vera e na fala da Vera eu vou encerrar as inscrições. Vera (SESA) Só esclarecendo a tua fala, que a gente tem a lei da obrigatoriedade de apresentação do atestado de vacinação na escola e a divisão de imunização acompanha esse processo. Então este ano nós tivemos várias reuniões com a SEED, Secretaria de Estado da Educação, em conjunto com a Promotoria Pública e o conselho tutelar, o último acordado que foi na reunião de junho, é que agora no início da rematrícula que começa setembro e outubro, principalmente nas escolas particulares, a SEED vai nos encaminhar a lista daqueles que até setembro não apresentaram o atestado de vacinação do ano anterior pra daí nós, em conjunto com os municípios também tomarem, fazer a busca ativa e notificação aos pais em conjunto com o conselho tutelar. Então, só pra informar que essa legislação está andando, ta caminhando e nós temos mais um encontro agora no começo de outubro com a Secretaria de Educação pra dar andamento, mas é uma lei que nos tem apoiado bastante pra fazer principalmente a busca ativa dos faltosos. Amélia (Assempa) Só quero dizer que fico muito feliz de ver falar sobre vacina, porque eu trabalhei, sou professora inativa agora mas nunca deixei a educação, eu amo. E, eu buscava isso, trabalhei em com bairro com muita carência os pais não tinham nem noção, endereço rural, pequei aquilo lá, então, as crianças vinha não tinha então pra entrar na escola, eu trabalhei em conjunto com a saúde e um trabalho muito bonito que deu bom resultado mesmo, as crianças vacinadas. E isso tem que acontecer gente, nós temos e, ah por que é só lá nas escola? Eu estou vendo acontecer cursinho na igreja, na sala desocupada da igreja, estou vendo, conversei com a doutora aqui, atendimento psicológico, acabei de falar com o padre agorinha e já me deu a resposta já está atendendo lá, nós estamos fazendo



1214

1215

1216

1217

1218

1219

1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230

1231

1232

1233

1234

1235

1236

1237

1238

1239

1240

1241

1242

1243

1244

1245

1246

1247 1248

1249

1250

1251

1252

1253

1254

1255

1256

1257

1258

1259

1260

1261

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



isso e, porque também não trabalhar vacina lá. Se a gente passa um recado, gente, a vacina, vacine seu filho, a matrícula está aí como ela mencionou, essa data mesmo, vai se encaminhando, as crianças vão procurar escola, os pais vão procurar a escola com a carteira. Então, quantas vezes eu paquei pra anunciar que tinha vacina e eles invés de irem no posto, o povo ia fazer vacina na escola. Muito obrigada e parabéns pelo trabalho de vocês, vamos continuar com isso, é bem necessário. Acácia (SESA) Bom, primeiramente, quem teve sarampo na infância está protegido a vida toda, não precisa se vacinar. Quanto a lei de fornecimento das carteiras de vacinação, as escolas não estavam dando conta e foi feita essa nota complementar que orientava a gente entregar as declarações. O que a gente tem aqui é que nas escolas particulares eles tem um contingente que chega a ser de metade das maiores escolas de familiares que não entregam essa declaração. Então assim, eu fiquei muito feliz com o apoio do Paulo, que embora a gente tenha a lei a gente tem que usar todas as estratégias, esse trabalho conjunto pra efetivar que as coisas realmente aconteçam e a gente aumente a nossa meta de cobertura, atinja a meta e aumente a nossa cobertura vacinal. Então, acho que seria isso. Ivana (SESA) Acho que a Acácia já disse tudo, o Nestor também, eu só gostaria de divulgar aqui nesse Conselho que apesar de ter um público alvo bem definido, mas vocês nos ajudam na divulgação. A gente vai ter um evento sobre manejo clínico de febre amarela, que vai ser no auditório do Hospital do HT, no dia três de outubro, então, estarão vindo médicos lá de Minas Gerais que passaram pelo enfrentamento da febre amarela lá e eles vão fazer uma discussão sobre manejo clínico tanto da atenção primária no atendimento de urgência e emergência como na atenção especializada. Então assim, acho que pra divulgação, a inscrição está disponível via FormSUS e a gente ta divulgando pra vocês nos ajudarem nisso. Obrigada. Rangel (FEHOSPAR) Obrigado Ivana e obrigado doutora Acácia. Agradecer então, a apresentação, parabenizar. Até a próxima. Nono assunto, as comissões. Então, está inscrito, comissão de acesso, de orçamento, de educação permanente e saúde da mulher. Eu vou pedir. Vigilância também? Eu só vou pedir. Saúde da mulher não? Eu só vou pedir a permissão pra comissão de educação permanente dar início, começar por ela, tudo bem? Rita (HU-UEL) Coordenadora da comissão de educação permanente. Eu só queria fazer um comentário, senhor presidente, que como foi lido aqui no despacho que o Fabio fez, aliás e também, que a comissão de ética também se reuniu e que a demanda colocada para esta reunião já foi encerrada. Então, ela só teve uma reunião e a demanda já ta encerrada. Com relação a comissão de educação permanente, nós tivemos na terça-feira a realização da oficina pra realização do planejamento estratégico do Conselho, ela tava prevista pra ser para quarenta e cinco participantes, nós não tivemos nenhum membro da comissão participando, nós tivemos quinze faltas, dessas apenas oito justificadas, então oito entidades não participaram e sete não justificaram. E o que eu gostaria de salientar é que as entidades que não participaram eram de Curitiba. Então, sessenta por cento do Conselho participou dessa oficina. Nós tivemos vinte e quatro entidades representadas, embora nós tivemos vinte e seis participantes, porque a entidade Assempa, tanto a dona Amélia quanto a Malu participaram, bem como o sindicato tanto a Olga quanto a Ana Cristina participara, então foi titular e suplente. Maria Elvira, desculpe. Então isso é uma coisa que a gente gostaria de registrar e tivemos a participação da Secretaria Executiva também conosco o dia inteiro, exceto à tarde que a Edna não voltou, né Edna? Enfim, gostaria (F19) de agradecer aqui publicamente a participação da Marise que aceitou o convite de ser a facilitadora dessa oficina, com um detalhe, ela adiou as férias dela pra poder dar conta disso. E gostaria de fazer um agradecimento especial à Carla, porque eu gostaria que você colocasse o mapa já colocado, aquele que foi feito, a Carla já fez na formatação do mapa, então esse é um trabalho dela. Eu gostaria de agradecer publicamente, Carla, esse teu trabalho porque senão nós iríamos apresentar na forma que vocês viram anteriormente. Então, obrigada. Os dois participaram efetivamente, mas ela teve esse trabalho, esse carinho para conosco. Então, o mapa já está pronto, então nós trouxemos aqui só porque ele tem que ser, ele foi aprovado pela comissão todinha no final do trabalho e como tinha sessenta por cento, automaticamente está aprovado dentro da comissão. E, entretanto porém, ele precisa passar



1263

1264

1265 1266

1267

1268 1269

1270

1271

1272

1273

1274

1275

1276

1277

1278

1279 1280

1281

1282

1283

1284

1285

1286

1287

1288

1289

1290 1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301 1302

1303

1304

1305

1306

1307

1308 1309

1310

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



pela aprovação do Pleno. Então vamos lá. (Rita faz apresentação do mapa estratégico do CES.) Então, foi este o produto do trabalho de um dia, que os conselheiros participaram, foi muito bom, eu gostaria até de salientar que foi relevante o trabalho de todo mundo. A Marise usou uma metodologia que possibilitou a discussão ampla de todos os temas que foram aqui elencados. Então, eu gostaria de além da parabenização da Carla, uma salva de palmas pros próprios conselheiros porque o trabalho deles foi muito bom nesse dia também. Então eu coloco presidente, então, pra votação. E, aprovação. Rangel (FEHOSPAR) Bom, primeiro parabenizar a comissão pelo trabalho e por ter proposto, mantido essa questão da oficina. Parabenizar e agradecer a Marise pelo excelente trabalho, porque a gente precisava de alquém ali nos orientando, com todas as técnicas e acho que realmente foi muito importante e foi gostoso, né? Os trabalhos. Foi muito bom. E, com um detalhe, trouxe uma visão pra nós aqui, depois podemos até discutir algumas coisas, do espaço da Escola de Saúde Pública. Então, acho que é um espaço que podemos até tentar utilizar um pouco mais, mas acho que foi muito bom mesmo. Eu vou abrir pra discussão. Vamos só finalizar a questão do mapa estratégico. Eu vou abrir pra discussão, se alguém tem alguma sugestão e depois nós colocamos em aprovação. Está aberto pra discussão. Algum inscrito? Então ta bom, muito obrigado. Maria Elvira (Assempa) Você já agradeceu, mas em nome da Assempa e da comissão de saúde da mulher, eu já fiz parte dessa comissão no passado, agradecer mais uma vez a Marisa, que ela na coordenação foi muito bom, maravilhoso e, a Rita também pelo trabalho dela e como ela já falou, todos os conselheiros aqui foi muito bom. Obrigada. Rangel (FEHOSPAR) Com isso, a gente poderia deliberar aí alguma forma de agradecimento pra Marise. A gente vê que ela trabalha muito em relação a isso, não só nesse trabalho. Mas acho que em nome do Conselho poderíamos encaminhar. O que você sugere assim, Olga? Uma carta de agradecimento? Ou algo? Rita (HU-UEL) Uma carta de agradecimento acho que seria importante. Rangel (FEHOSPAR) Em nome de todos. Rita (HU-UEL) Senhor presidente, eu só queria salientar duas coisas agui. No dia nós fizemos um agradecimento, que a gente comprou em nome da comissão, a gente comprou uma lembrança pra ela porque a gente sabe o bastidor. Então quando a gente conhece o bastidor acho que a gente não bate tanto assim das coisas, então a gente fez esse carinho porque gentileza gera gentileza. Então a gente fez isso. Eu queria só mais uma parte além disso, antes da aprovação, é fazer um agradecimento a uma pessoa que não esteve presente com a gente mas que tem um papel fundamental nesse trabalho todinho de construção do controle social que é a dona Rosalina. Porque ela lutou muito pra que esse planejamento acontecesse e por uma ocasião, um problema "x" ela acabou não podendo vir, mas gostaria muito aqui de deixar registrado o agradecimento não só pessoal da Rita mas da comissão como um todo, pra dona Rosalina que fez a gente assim, caminhar bastante nessa questão da construção desse planejamento estratégico. Rangel (FEHOSPAR) Então, em processo de votação para aprovação do mapa estratégico do CES Paraná. Por contraste, ta? Os favoráveis. Os contrários. Abstenções. Aprovado por unanimidade. Rita (HU-UEL) Eu gostaria de dizer aos conselheiros que vocês vão receber por e-mail e figuem atento ao e-mail dessa semana, vocês lembram daquele instrumento que a Marise colocou relacionado aos cinco "w" e dois "h" que é quem vai fazer, pra gente fazer alguns planos de ações, pra gente construir um plano de ação, por que o nosso trabalho, presidente, não vai parar aqui, a gente vai pedir pra que eles encaminhem pra gente trabalhar nisso na nossa próxima reunião e a Marise vai continuar conosco pra gente conseguir fazer um mapa de bordo do Conselho Estadual do Paraná. E, a gente tem uma meta dentro dessa comissão é de fazer isso para nossa, fazer um experimento do planejamento para nossa comissão diante desse planejamento macro, fazer o micro da nossa comissão. Rangel (FEHOSPAR) Ótimo, parabéns pra comissão, parabéns pelos trabalhos aí da comissão. Educação permanente, mais alguma pauta, Rita? Rita (HU-UEL) Não, não. Rangel (FEHOSPAR) Então vamos lá, acesso. Fabio (CRF) Coordenador da comissão de assistência e acesso ao SUS. Presidente, nós temos dois assuntos pendentes da reunião ainda de julho, que foram retiradas duas subcomissões da comissão de assistência e acesso ao SUS, uma para visitação do Hospital da Criança de



1313

1314 1315

1316

1317

1318

1319

1320 1321

1322

1323

1324

1325

1326

1327

1328 1329

1330

13311332

1333

1334

1335

1336

1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343

1344

1345

1346

1347

1348

1349

13501351

1352

1353

1354

1355

1356

13571358

1359

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Maringá, passe que foi liberado recurso, acho que na época quarenta e cinco milhões para construção, primeira fase construção do hospital. Até o doutor Vinicius Filipak esteve na comissão apresentando pra nós e foi proposto que nós fizéssemos uma visita lá no Hospital da Criança de Maringá. Essa comissão seria composta pelos conselheiros de Maringá e de Londrina. Rangel (FEHOSPAR) Conselheiros, só um minutinho. Já estamos terminando. Obrigado. Fabio (CRF) Então, essa seria a primeira subcomissão. A segunda, seria subcomissão para visita do Hospital Regional do Litoral para verificação da irregularidade na central de materiais esterilizados. Essa subcomissão seria composta pelos conselheiros Malu, Ana Cristina, Paulo Santana, a Terezinha e o Marcelo, mais o representante da SESA ou da regional. Com data também a ser marcada. Então essas duas são do mês de julho. E, ontem, também na comissão foi levantado um problema, em Londrina também, do conselheiro Viana sobre a perca da obra do Hospital da Zona Oeste de Londrina devido a falta de regularização do termo de ordem de doação por parte da prefeitura. Foi pedido e aprovado daí pela comissão para formar uma subcomissão com os conselheiros de Londrina para uma reunião com o prefeito da cidade. Essa subcomissão seria formada pelos membros, conselheiros moradores de Londrina só daí; seria o Viana, Joelma, Angelo, Custodio, Livaldo, Lívia, Rita e Marcia; em data a ser marcada também. Então seria esses três assuntos e o que houve também, esse vai por em votação já? E tem mais um assunto. Então são esses três assuntos. Maria Amélia também, são todos os conselheiros de Londrina, talvez faltou pôr, lá na hora foi citado mas são todos os conselheiros de Londrina. As três subcomissões. Rangel (FEHOSPAR) Conselheiros e conselheiras, vamos então colocar em votação, em aprovação as três subcomissões apresentadas pela comissão de acesso ao SUS. Por contraste, ta? Processo de votação. Os favoráveis. Contrários. Abstenções. Aprovado por unanimidade. Fabio (CRF) Mais um assunto, ontem foi encaminhado para o Pleno. Outro próximo assunto encaminhado para o Pleno, pela comissão, é a não apresentação pela SESA sobre o PPA, para dar encaminhamento pelo Pleno. Rangel (FEHOSPAR) Beleza? Comissão de orçamento. Angelo (CONAM) Boa tarde a todos e a todas. Coordenadora da comissão de orçamento. Dentro da nossa pauta de reunião nós iniciamos aí com a fala da nossa conselheira Olga, aonde que nós deliberamos para, ou seja, sobre uma oficina de planejamento estratégico do Conselho Estadual de Saúde em que a conselheira Olga ficou responsável pra fazer o planejamento e do qual ela nos apresentou esse planejamento. Então eu vou passar a palavra pra que ela faça essa, é o projeto, né? Esse projeto de seminário e na sequência eu faço as outras considerações. Olga (SindSaude) Essa oficina já foi aprovada na reunião, nas reuniões anteriores e a gente marcou pra novembro, dia vinte e seis. Isso, um dia antes da reunião das comissões temáticas. Nós discutimos com relação a instrutoria que seria feita pelo professor mestre Francisco Funcia que é consultor da comissão de orçamento e financiamento do Conselho Nacional de Saúde, ele foi inclusive um dos instrutores dos cursos que nós tivemos de orçamento. Então, o seminário seria o papel dos conselhos de saúde no processo de planejamento e prestação de contas do SUS, um roteiro de abordagem com cinco temas. O tema um seria o processo de planejamento setor público brasileiro e seus instrumentos legais, o plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual e decreto de execução orçamentária. O dois seria o processo de planejamento do SUS e seus instrumentos legais, entrando plano de saúde e programação anual de saúde e sua integração de planejamento no setor público brasileiro. O três seria conceitos fundamentais da execução orçamentária e financeira, a diferença entre as dimensões orçamentárias e financeira e a gestão fiscal responsável da receita, da despesa e da dívida pública. O quarto seria, instrumentos de prestação de contas do SUS e seus atributos, relatório quadrimestral de prestação de contas e relatório anual de gestão. O quinto, é referencial básico para o cumprimento papel legal dos conselheiros de saúde na avaliação do processo de planejamento e prestação de contas do SUS. Isso pra oito horas. A proposta que a gente já fez nas reuniões anteriores é que isso se desdobrariam em oficinas para aprofundamento de cada um desses itens porque como a gente tem observado na dinâmica de funcionamento do Conselho, há uma



1362

1363 1364

1365

1366 1367

1368

1369 1370

1371

1372

1373

1374

1375

1376

13771378

1379

1380 1381

13821383

1384

1385

1386

1387

1388

1389

1390

1391

1392

1393

1394

1395

1396 1397

1398

1399

1400

1401

1402

1403

1404

1405

1406 1407

1408

ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA





necessidade muito forte por parte das conselheiras e dos conselheiros em discutir e qualificar e ter uma atualização a respeito desses instrumentos, porque a gente entende que não é possível fazer o controle social se você não entender dos instrumentos de orçamento e de planejamento. Então nesse sentido, essa proposta vem pra ajudar de uma forma mais permanente nesse cumprimento do papel do controle social, a proposta é essa e a gente quer fazer em parceria com o Conselho Nacional de Saúde, porque aí o Conselho Nacional de Saúde viabilizaria as questões materiais de transporte e hospedagem e nós trabalhamos com a perspectiva das horas aulas junto com a Escola de Saúde Pública, que é perfeitamente possível. Então, essa parte burocrática eu já to fazendo, encaminhando. Obrigada. Angelo (CONAM) Obrigado, Olga. Este encaminhamento, Olga, está constando? Olga (SindSaude) O Mauricio está perguntando se essa capacitação seria aqui, no auditório da SESA? Ou. Eu gostaria que fosse na Escola de Saúde Pública exatamente pelo que acabou de ser colocado pela Mesa. A gente tem melhores condições de fazer o trabalho em grupos do que aqui. Rangel (FEHOSPAR) Eu concordo com a Olga. Angelo (CONAM) Este informe está sendo feito na memória e aonde que está sendo solicitado para que a Mesa Diretora encaminhe um ofício ao Conselho Nacional de Saúde, aonde que mencionamos então a possibilidade do Conselho fazer essas considerações aqui em parceria com o Conselho Nacional e o Conselho Estadual. E aí o Conselho Estadual; vamos estudar essa possibilidade e ver se, com relação a esses custos de transporte e hospedagem o Conselho Nacional venha a bancar e, aí a alimentação a gente vê. Outro assunto que foi tratado na nossa reunião, era um assunto que já é uma demanda já de algum tempo, que é com relação a DREM e aí nós fizemos o envio de um ofício, o qual foi feito um protocolo, aliás, foram dois ofícios que foram recebidos. O protocolo é o ofício meia dois de dois mil e dezenove, em seguida foi feito um outro ofício em função das datas. Então, nesse ofício houve uma resposta pelo protocolo, de qual a Fazenda do Estado, através do seu Tesouro do Estado, informa que infelizmente em razão da indisponibilidade de agenda do dia pretendido, essa diretoria não poderá realizar apresentação solicitada, assina o diretor do Tesouro Estadual Roberto Gomides de Barros Filho. Então foi a primeira resposta num ofício, em seguida, nós mandamos um outro ofício porque houve a mudança de data e aí ele pegou e mandou a seguinte resposta, informamos que o assunto referente à DREM está em fase de reavaliação pelas áreas técnicas assim sendo solicita que a apresentação seja realizada após a sistemática que será aplicada durante o exercício de dois mil e vinte. Eu, como coordenador da comissão, coloquei isso aí, essa informação em pauta pra ver se nós mantivéssemos ou não esta agenda e foi unânime na apresentação, então nós vamos manter essa solicitação dessa pauta pra que na próxima reunião pra que ele nos informe, seja remarcado pra próxima reunião a apresentação da Secretaria e informe também sobre essa desvinculação das receitas de Estado e municípios e como será feito esse planejamento pra dois mil e vinte. Então, esse ofício deverá ser encaminhado para lá e vamos ver se nós seremos contemplados pra próxima reunião, porque eu acho que já é a, acho que é o sexto pedido, né? Que nós não tivemos essa resposta do Tesouro do Estado. Para outubro. Então essa eram as informações da comissão de orçamento. Rangel (FEHOSPAR) Obrigado, Angelo. Vigilância em Saúde. (F20) Custodio (Famopar) A informação é que ontem nós não tivemos apresentação Rangel (FEHOSPAR) Só um minutinho, seu Custodio. Conselheiros. Agora pode falar. Custodio (Famopar) Ontem nós não tivemos apresentação do agrotóxico, mesmo porque o GT não teve reunião. Então só foi uma explanação sobre o chumbinho, mas o Paulo tem mais alguma coisa pra complementar, eu vou passar pra ele. Paulo (CRF) Essa questão, a gente até colocou a necessidade de fazer na próxima reunião uma abordagem geral, pra todo plano, o que foi apresentado foi muito pontual. Então, a cada três meses, fazer uma, claro que isso ta no RAG, mas o RAG só apresenta em forma de números, na verdade fazer um destaque mesmo das ações. E aí, a gente também sugeriu que se abordasse também as ações do PVASPEA referente ao comitê regional da segunda regional de saúde ou até que o pessoal da segunda fosse lá e abordasse o que tem sido feito do PVASPEA lá, entendendo que a segunda regional de saúde ela é muito estratégica pro plano porque muito das entidades de



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



1409 nível estadual estão aqui em Curitiba e a estratégia com que a segunda regional movimentasse 1410 melhor o PVASPEA pra que entidade Ministério Público Estadual, Adapar, Emater tem sua 1411 representatividade do nível estadual aqui teria a força maior até pra movimentar essas estruturas do interior. Então, essa foi a proposta que a gente colocou, PVASPEA. A gente colocou uma proposta 1412 1413 de que fosse apresentado também na próxima reunião como ta sendo feita essa nova metodologia 1414 da avaliação dos ciclos da infestação predial, uma discussão que está bem avançada, entende? E é 1415 interessante a gente entender, até pra rever aquele indicador que é difícil de ser atingido, a gente 1416 acha que essa avaliação, essa metodologia ta muito adequada e que a gente saiba entender até pra 1417 depois participar de uma proposta aí do novo PES. Além do que, eu já tinha colocado pro próprio 1418 RAG, próprio RAG não, o próprio relatório quadrimestral, a fala sobre o plano de contingência e a 1419 fala da cobertura vacinal. E, também uma coisa que a gente colocou, a importância de se ter uma 1420 fala sobre uma política de vigilância, seria um VigiaSUS ou alguma coisa assim, parecida, qual que 1421 seria as propostas da gestão para essa política de vigilância desse período do três anos vigentes. 1422 Alguém da comissão quer falar alguma coisa? Rangel (FEHOSPAR) Seu Custodio, finalizou? 1423 Obrigado. Então as comissões todas já apresentadas. Só um recado da Rita, a Rita pediu pra 1424 lembrar. Tem, tem. O dez que é o assunto de transplante de órgãos que foi solicitado a pauta pela 1425 Olga do SindSaude, mas antes só um recadinho. Acho que quem participou do evento, da oficina de 1426 planejamento, a gente recebeu uma fichinha de avaliação, então, pra entregar pra Rita até o final da 1427 reunião. Tudo bem? Então agora, Olga, transplante de órgão. Está com a palavra. Olga 1428 (SindSaude) Sim, eu sou doadora de órgãos. A gente recebeu a informação e ta na grande imprensa inclusive, sobre, a situação do transplante de córnea, no Estado do Paraná, a gente viu 1429 1430 inclusive a resposta oficial da Secretaria de Saúde, com relação a essa questão, mas o fato é que 1431 Curitiba ta sem captação, Maringá também colocou na imprensa que ta sem captação e a gente 1432 gostaria de saber como é que está essa situação no Estado, porque a nota oficial diz que um 1433 processo licitatório e que está mudando a lógica dessa licitação pra poder atender o interesse 1434 público da melhor forma e aí a gente gostaria de saber como é que está essa situação considerando 1435 que houve uma parada nessa captação da córnea. E, a outra questão, já vou falar das duas, é que em julho foi publicado uma portaria pelo Ministério da Saúde habilitando duas unidades de OPO, 1436 1437 organização de procura de órgãos e tecidos em Curitiba, região norte e região sul, é o que ta escrito 1438 na portaria. E, tem alocado lá sete profissionais e essa busca a gente fez nos documentos 1439 anteriores, de dois mil e dezoito, colocando sete profissionais da Secretaria de Saúde, três 1440 enfermeiras, duas médicas e uma assistente social e uma técnica administrativa lotadas nessas 1441 duas OPOs, no entanto ao ver o nome dessas pessoas a gente sabe que estão na Central de 1442 Transplantes, então eu gostaria de saber o seguinte, é possível a mesma equipe estar na Central de 1443 Transplantes e ocupando vaga em duas OPOs? A outra pergunta é qual o endereço dessas 1444 unidades aqui em Curitiba? Que a gente não sabe e a gente gostaria de na sequência ver nome, 1445 formação profissional dos profissionais lotados nas duas OPOs, a função exercida desses 1446 profissionais pra que a gente tenha entendimento de como é que está funcionando essas duas 1447 OPOs e a questão da córnea. Obrigado. Rangel (FEHOSPAR) Posso sugerir? Vou abrir pro Nestor também. Mas, esse tema, esse assunto na verdade é assunto que a gente já tava se organizando 1448 1449 pra pautar pra próxima reunião. Muitas vezes a gente. O Nestor pegar isso daí, pode responder a 1450 Olga e não tem mais, trazer mais uma apresentação mais completa. Como faz todo ano, entendeu? 1451 Desculpa, Nestor. Alguém mais? Não? Nestor (SESA) Primeiro em relação a essa questão da 1452 córnea. Só to tentando achar aqui o nome, enfim. É o seguinte, pra transplante de córnea, nós temos 1453 que considerar que entre a capacitação e o efetivo transplante é um período de transição em que a 1454 córnea precisa ficar acondicionada dentro de um produto, esse produto pela legislação ele deve ser fornecido pelo prestador de serviço, pela unidade habilitada, mas por conta de uma diferença dos 1455 1456 preços e isso é mundo real, daí a gente tem diferença entre mundo ideal e mundo real, tabela SUS e o que é que acontece no dia a dia. Apenas dois produtos desses no mercado nacional, com valores 1457



1459

1460

1461 1462

1463

1464

1465

1466 1467

1468

1469

1470

1471

1472

1473

1474

1475

1476

1477

1478

1479

14801481

1482

1483

1484

1485

1486 1487

1488

1489

1490

1491

1492

1493

1494

1495

ATA DA 267^a REUNIÃO ORDINÁRIA





de mercado entre duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e três centavos e quatrocentos e vinte e um reais e setenta e sete centavos e a tabela SUS remunera a compra desses dois produtos por apenas cento e quarenta e oito reais. Então num entendimento com os prestadores a Secretaria de Saúde assumiu a compra desses medicamentos fazendo com que a diferença fique, reste, acatada pela Secretaria pra não prejudicar o serviço, o andamento, a gente sabe um volume que ta sendo feito de cem em cem reais, não é um transplante são inúmeros transplantes, isso acarreta prejuízo e essa é a função social até do serviço público de atuar onde o resto não atua. Mas, a gente está com um pequeno problema no processo licitatório, isso não quer dizer que está parado, porque nós estamos comprando esses insumos por empenho, não na quantidade que seja suficiente pra, não é que deu uma parada, mas deu uma recuada na captação por conta de a gente não poder ter todo o estoque do insumo liberado pra todas as captações que poderiam ser feitas, realmente. Então, diminui um pouco o número, rapidamente nós vamos resolver esse problema da licitação, é um processo burocrático interno mesmo, sem problema nenhum de não dizer isso, acho que na nota ta bem especificado isso, mas não é que parou, aconteceu realmente, não ta na mesma velocidade mas a intenção da Secretaria de Saúde é que no máximo, aí na semana que vem a gente resolva o problema burocrático interno e coloque a licitação na rua pra gente poder voltar às mesmas quantidades de captações que eram feitas. Em relação a que você colocou aí, as OPOs eu não tenho todas as respostas, eu acho que até a colocação de um ponto de pauta pra que seja colocado essas questões em relação a organização da OPO norte, OPO sul em Curitiba seria extremamente um, não vou saber de cabeça o perfil profissional, habilitação e tudo mais, essa organização mais detalhada da organização de procura mas eu proponho que a gente coloque aqui em ponto de pauta e que o pessoal do transplante venha e coloque e abra pra todo mundo, que fica muito mais claro, transparente, nítido daí o que é essa questão em relação a portaria de habilitação. Faz favor, será bem melhor. A Olga está colocando aqui que ela vai mandar o pedido por escrito. Rangel (FEHOSPAR) É. Já ta anotado também. Nestor (SESA) Já ta também aqui na minha, então fica encaminhado desse jeito. Rangel (FEHOSPAR) Já ta prometido, ta? Bom, acho que vencemos todas as pautas, antes do horário, então hoje realmente conseguimos avançar. Agradeço a todos pelos trabalhos, pelas atitudes hoje, acho que dias assim é o que nós queremos, dias produtivos, tem lógico divergência e tudo mas dessa forma que nós vamos conseguir construir. E, agradecer a presença aí do Ministério Público mais uma vez, o nome do Carlos e do Jefferson, sempre é um prazer tê-los e por favor pra nós é importantíssimo a presença em todas as reuniões, de vocês, mandem um abraço a todos lá do Ministério Público, doutor Marco Antonio, que em breve estará aqui também, é isso né Fabio? Tem uma agenda? Isso. Então, muito obrigado, que Deus abençoe a todos, ótimo retorno pra casa, quem vai pegar estrada como alguns que já até saiu ou avião aí, que Deus acompanhe vocês, que encontrem a família da mais perfeita ordem. Um abraço. Tchau. O áudio desta reunião está disponível para consulta na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, bem como as apresentações feitas nesta reunião estão disponibilizadas no site do CES/PR (www.conselho.saude.pr.gov.br).